

Março 2015 • Ano 5 • Número 17 • R\$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Setor público às claras

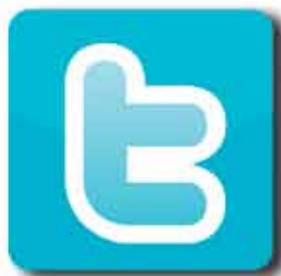
**Países vizinhos dão exemplo de
boas práticas governamentais**

**Nova gestão mantém foco no planejamento estratégico
do Ibracon**

O Ibracon está nas redes sociais

Acesse, curta e compartilhe!

Comunicação Ibracon



www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Janela de oportunidades



Em um país de dimensões continentais como o nosso, a auditoria independente assume uma relevância crescente, o que coloca ao Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil um desafio que se renova dia a dia.

Nossa profissão é essencial para a manutenção de um ambiente regulatório alinhado com o mundo globalizado e, acima de tudo, para incrementar o ambiente de negócios sadio, em benefício do conjunto da sociedade. Esta edição da revista *Transparência Ibracon* traz reportagens que ilustram à perfeição esse raciocínio.

A começar pela matéria *Setor público às claras*, que mapeia algumas boas práticas de países vizinhos, como Chile, Colômbia, México e Bolívia. O texto mostra como eles lidam com questões como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O artigo *A Lei da Empresa Limpa e sua contribuição para a integridade pública*, de autoria dos professores Rafael Alcadipani e Marco Antonio Carvalho Teixeira, ambos da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, destaca a importância da Lei 12.846/13. Ambos avaliam que, mais do que passar a punir empresas arroladas em casos de corrupção, a lei tem potencial para melhorar a própria gestão empresarial, uma vez que requer das companhias a institucionalização de práticas de *compliance*, como a adoção de códigos e formação de comitês de ética que atuem preventiva e punitivamente. Como afirmam os professores, “é uma janela de oportunidades para melhorar o capitalismo no Brasil”.

O texto *O papel do auditor* completa essa série que analisa os desafios presentes. E reforça a importância da auditoria independente das demonstrações contábeis, instrumento de gestão destinado a diferentes usuários, como acionistas, investidores, conselheiros e administradores da companhia e reguladores, entre outros. Dada essa ampla gama de destinações, a auditoria independente não é uma apólice de seguros contra riscos. Daí o empenho com que o Ibracon defende uma definição mais clara das responsabilidades, procedimentos e limitações da profissão. Afinal, os auditores trabalham com informações proporcionadas pelas companhias auditadas que, para isso, devem ter uma estrutura de governança adequada, com conselhos fiscal e de administração, comitê de auditoria e controles internos robustos, de modo que estes, sim, encontrem possíveis áreas de risco das empresas.

E, para finalizar, destaco a leitura da matéria *Diretoria unida*, na qual apresentamos o compromisso da nova direção do Ibracon em dar continuidade ao planejamento estratégico traçado pelo Conselho de Administração, que desde 2009 define nosso foco de atuação.

Um abraço a todos,

Idésio Coelho
Presidente do Ibracon

Nesta edição



10

Ibracon: nova gestão

O Ibracon elegeu sua nova Diretoria para o período 2015-2017. Conheça os objetivos desta gestão que se inicia, bem como o perfil e as ideias do novo presidente, Idésio Coelho

18

Transparência no setor público

Especialistas explicam as principais ações desenvolvidas por México, Chile e Colômbia e defendem mais investimentos para um melhor controle das contas públicas



26

O papel do auditor

Apesar de sua importância, a auditoria independente ainda é uma atividade pouco compreendida pela sociedade

44

Artigo

A Lei da Empresa Limpa e sua contribuição para a integridade pública

24

Educação
Continuada

32

Pesquisa
Ifac

35

Sintonia
Fina

36

Relato
Integrado

42

Pingos e
respingos

6 Uma mulher à frente da Ifac

Primeira mulher a ocupar a presidência na Ifac, Olivia Kirtley quer estreitar o relacionamento com stakeholders para divulgar as contribuições da classe contábil



46

A experiência de um veterano

Em mais de 40 anos de atividade, Claudio Longo conquistou reconhecimento no mercado como responsável por grandes contribuições à profissão

16 AIC comemora a volta do Ibracon

Instituto vai ajudar a Associação Interamericana de Contabilidade a fortalecer a profissão na América Latina

A agenda de Olivia Kirtley na Ifac

PRIMEIRA MULHER E REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EMPRESARIAL A OCUPAR A PRESIDÊNCIA NA IFAC, OLIVIA KIRTLEY PRETENDE ESTREITAR O RELACIONAMENTO COM DIVERSOS *STAKEHOLDERS* PARA DIVULGAR AS CONTRIBUIÇÕES DA CLASSE CONTÁBIL

O Fundo Monetário Internacional rebaixou as estimativas do desempenho econômico mundial em 2015 de 3,8% para 3,5%. Embora enfrente crescimento moderado, a economia global esforça-se pela recuperação e um benefício potencial desse cenário foi o impulso que a crise financeira deu à adoção e implementação de normas de contabilidade e auditoria de qualidade. "Tais normas poderão facilitar a atividade entre os países, promover a estabilidade econômico-financeira e melhorar a transparência e a prestação de contas", explica a presidente da International Federation of Accountants (Ifac), Olivia Kirtley, eleita em novembro de 2014.

Em entrevista exclusiva à *Transparência Ibracon*, a presidente da Ifac tratou, entre outros temas, dos principais projetos que estão na agenda da entidade

em 2015 e dos esforços para divulgação do importante trabalho realizado pelos profissionais da contabilidade junto à sociedade. "O papel da Ifac, como organização global para a profissão contábil, é continuar trabalhando para manter a conexão com reguladores, governos, tomadores de decisão, mídia e investidores, garantindo que eles entendam que a vasta gama de atividades da profissão está comprometida a ajudar a fortalecer as economias", afirma. "É essencial reforçar esse compromisso e estreitar nossas relações externas para aumentar a compreensão e confiança mútua, especialmente nas áreas de definição de normas, qualidade de auditoria e relatórios financeiros. Essas não são apenas questões de contabilidade, mas de interesse público", acrescenta Olivia Kirtley. Leia os principais trechos da entrevista.

Como a senhora vê a evolução da contabilidade para atender às demandas do mercado?

A Ifac apoia o trabalho das entidades normatizadoras e acredita que há necessidade de um único conjunto de normas de alta qualidade, globalmente aceitas. Continuamos a promover a adoção e implementação, em todas as

jurisdições, das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), Normas Internacionais de Auditoria (ISA), Normas Internacionais de Educação (IES) e Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), assim como os princípios de independência do auditor independente estabelecidos no Código de Ética dos Profissionais

da Contabilidade, emitido pelo International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba). Somos encorajados pelo progresso que vemos nessa frente e estamos esperançosos de que ela ganhará mais força com a compreensão de como essas normas podem realmente promover o crescimento global, a estabilidade financeira e a transparência.



Como está a América Latina, especificamente o Brasil, nesse processo de evolução contábil?

A América Latina tem feito grandes progressos nos últimos anos. Especificamente o Brasil vem sendo um defensor da adoção de normas internacionais, tendo adotado as ISA e IFRS, o Código de Ética dos Profissionais da Contabilidade e iniciado o processo de adoção das IPSAS. O País também tem avançado na inclusão das Normas Internacionais de Educação (IES), a partir da adoção, em 2010, do exame para todos os contabilistas.

Com vasto conhecimento nas áreas de auditoria e governança corporativa, principalmente, no setor de comércio e indústria, a senhora já trabalhou como executiva e diretora financeira, além de conselheira de diversas companhias de capital aberto. Também atuou como presidente de comitê de auditoria e consultora de governança corporativa e gestão de riscos; presidiu o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), o Conselho de

Examinadores AICPA (que administra o Exame CPA) e serve ao Conselho da Ifac desde 2007. De que forma essa experiência pode ajudar a condução das demandas da Ifac?

Assumir a presidência da Ifac como a primeira representante vinda do mundo dos negócios, além de possuir experiência em contabilidade pública, certamente me dá uma perspectiva diferente. Minhas diversas funções não só me prepararam bastante para representar uma ampla parcela dos profissionais da contabilidade (atuantes em organizações ou no setor público), como também me capacitaram para as discussões com reguladores, representantes de governo e outros *stakeholders*. Essa ampla gama de experiências permite-me compreender múltiplos pontos de vista sobre desafios e oportunidades para o fortalecimento da profissão contábil, contribuir para o desenvolvimento de fortes economias internacionais e acredito que também me dá credibilidade para oferecer *inputs* a uma grande variedade de *stakeholders*.

Quais foram suas principais ações desde sua eleição, em novembro de 2014?

Desde que assumi a presidência, já tive a oportunidade de viajar a várias partes do mundo para interagir com diferentes *stakeholders*, incluindo líderes da profissão, membros de instituições, organizações regionais e representantes de governo. Um dos meus principais objetivos é ouvir quais são os desafios e as oportunidades do setor e, assim, determinar se existem maneiras de a Ifac fazer uma contribuição significativa para seus membros, países ou regiões. Há um trabalho significativo sendo realizado pelas organizações da classe contábil, como o Ibracon e o CFC, e acho essencial saber mais sobre o que está sendo feito e discutir de que forma a Ifac pode colaborar para melhorá-lo. Eu também acredito que seja bastante útil conversar com políticos e líderes do setor público a respeito das grandes contribuições que os profissionais da contabilidade estão fazendo, para saber de suas expectativas a respeito da profissão e para ajudá-los a compreender a importância desta



“A IFAC ESTÁ EMPENHADA EM APOIAR AS FAPMP”

atividade para seus *stakeholders* e cidadãos. Isso inclui divulgar o trabalho que nossos membros fazem pelo mundo para estabelecer e fortalecer as organizações da classe contábil.

Quais são as questões e os projetos mais relevantes que sua gestão irá priorizar em 2015?

Como voz global da profissão contábil, a Ifac defende a adoção e a implementação universal e consistente de normas de alta qualidade. Apoiar o trabalho das entidades normatizadoras é um esforço contínuo e crucial – a crise financeira global destacou isso. Também continuamos a reforçar a mensagem de que estas entidades são exatamente isso – independentes.

Quais são os esforços da Ifac para apoiar as Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) e qual a sua análise sobre a adoção e implementação das normas internacionais de contabilidade e auditoria por essas firmas?

A Ifac está fortemente empenhada em apoiar as FAPMP em todo o mundo. Elas constituem um grupo grande e crítico. Dedicamo-nos a compreender seus desafios e necessidades por meio de representação em vários grupos, comitês e conselhos da Ifac, além de fornecer alternativas para que elas sejam ouvidas. Isso também permite que a Ifac efetivamente represente-as em nossas interações com os reguladores, formuladores de normas e os decisores políticos para aumentar a conscientização do papel e valor das FAPMP, bem como a importância global das pequenas empresas.

Nosso levantamento anual sobre as FAPMP investiga as oportunidades e os desafios que elas enfrentam atualmente. A pesquisa global *Small and Medium Practices (SMP) 2014*, lançada durante o Congresso Mundial de Contadores, em Roma, foi traduzida para 21 línguas e recebeu mais de cinco mil respostas. A pesquisa acompanha as tendências e evoluções importantes, gera uma visão universal da saúde

financeira das FAPMP e ajuda a Ifac moldar futuros programas e iniciativas.

Em um ambiente regulatório cada vez mais rigoroso, que exige muito de todos os profissionais da contabilidade, em especial do auditor, quais são os principais desafios e oportunidades?

A qualidade da auditoria tem sido assunto de muitos debates recentes. Todos nós concordamos que a qualidade da auditoria merece constante atenção – da classe, dos reguladores, investidores e daqueles que são responsáveis pela governança. Como presidente de comitê de auditoria, isso é de extrema importância para mim. Continuaremos a buscar formas de nos envolver em discussões para melhorar a qualidade da auditoria, que não serão necessariamente sempre reguladoras.

Também continuaremos a enfatizar que auditorias de qualidade são importantes para que sejam gerados relatórios com alta qualidade e mercados financeiros confiáveis, mas essa não é a única coisa necessária. Há muitos componentes na cadeia da informação financeira, incluindo, comitê de governança, preparadores, administração, organismos de normatização, reguladores, analistas e investidores, bem como os auditores externos, e todos eles precisam ser fortes. Uma abordagem mais holística para examinar e fortalecer todos os elos da cadeia é essencial para alcançar os melhores resultados possíveis, não apenas na qualidade da auditoria, mas de forma geral. Confiança, credibilidade, bem como o valor do papel dos profissionais da contabilidade para a sociedade são alguns dos focos da Ifac. Profissionais de auditoria devem continuar a concentrar-se rigorosamente na ética

e nas normas e a buscar a melhoria contínua em nosso impacto e valor.

Quais são as principais ações da Ifac para melhorar a educação da área contábil?

Em 2014, o International Accounting Education Standards Board (laesb), apoiado pela Ifac, concluiu um projeto de rever e reformular seu conjunto de oito Normas Internacionais de Educação (IES). A adoção e aplicação dessas normas são muito importantes e, como todas as normas internacionais, continuaremos a defendê-las. De forma mais ampla, como categoria, temos grande interesse na educação profissional inicial e na capacitação contínua; isso também está incorporado na declaração de obrigações dos membros da Ifac e faz parte de nosso DNA organizacional. A educação é a base que nos permite ter um impacto

significativo e serve como uma chave para o desenvolvimento de experiência e competência, que, apoiadas pelo comportamento ético adequado, são necessárias para desenvolver confiança e credibilidade.

Qual é a sua avaliação sobre as iniciativas do Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para melhorar o conhecimento sobre as normas internacionais e da profissão contábil, de forma geral?

Nós aplaudimos tanto o Ibracon quanto o CFC por suas iniciativas para melhorar o conhecimento sobre as normas internacionais e da profissão contábil. A colaboração dessas organizações com os reguladores, outros *stakeholders* e o governo para avançar com a adoção é um exemplo para todos. Mais recentemente, o Ibracon e o CFC concluíram o projeto

de convergência do Código de Ética dos Profissionais da Contabilidade. A disseminação inicial e o vasto treinamento sobre o código, antes da adoção oficial, é um bom processo para garantir que os profissionais estejam preparados. Além disso, a iniciativa do CFC e de outras entidades contábeis brasileiras, como o Ibracon, para criar o Ano da Contabilidade no Brasil, em 2013, foi um tremendo exemplo – e o único que conhecemos até agora – no qual houve um ano inteiro dedicado à promoção da profissão e de seu grande impacto na sociedade. O meu antecessor (juntamente com alguns funcionários da Ifac) teve a sorte de participar de algumas de suas atividades e temos visto o imenso esforço destas organizações para destacar o excelente trabalho da nossa categoria.

Atuação da Ifac

Olivia Kirtley destaca outras iniciativas da Federação no que diz respeito a:

Transparência

“Nossa campanha *Accountability. Now.* pretende aumentar a consciência do governo e do cidadão sobre a necessidade de relatórios de alta qualidade para o setor público e tranquilizá-los de que é realmente possível produzir informações mais completas e confiáveis, fundamentais para a tomada de decisão econômica”.

Compartilhamento de Conhecimento

“O portal Global Knowledge Gateway foi criado no ano passado para ajudar a compartilhar conhecimentos e pontos de vista da classe contábil de todo o mundo. É uma importante forma de ajudarmos a articular as ideias da profissão, fornecer recursos e informações sobre boas práticas em muitas áreas para entidades associadas servirem seus respectivos membros e dar valioso apoio às organizações contábeis em economias em desenvolvimento ou em transição”.

Capacitação

“Nós aumentamos nossas atividades para facilitar a capacitação e o fortalecimento das organizações da classe contábil que necessitam de suporte ou outro tipo de assistência. Nosso site Mosaic, lançado no Congresso Mundial de Contadores, é um instrumento particularmente eficaz para detectar as necessidades específicas de capacitação em todo o mundo, bem como o trabalho que está sendo realizado e concluí-lo com êxito. Como a parceria com o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) fechada por sete anos para desenvolver organizações contábeis do Oriente Médio, Caribe, Ásia e Norte da África. Um trabalho realmente empolgante de coordenação e supervisão, que tem potencial para ser decisivo para essas regiões”.

Para mais informações acesse:
www.ifac.org/global-knowledge-gateway
www.mosaicdevelopment.org ✓

Diretoria unida

MODELO DE GOVERNANÇA ADOTADO PELO IBRACON ASSEGURA CONTINUIDADE DE AÇÕES NA GESTÃO 2015/2017, COM FOCO EM UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



MONICA FOERSTER, CARLOS SOUSA, FRANCISCO MALDONADO SANT'ANNA, FRANCISCO DE PAULA DOS REIS JÚNIOR, IDÉSIO DA SILVA COELHO JÚNIOR, MARCO AURÉLIO FUCHIDA, ROGÉRIO GARCIA E ADELINO DIAS PINHO

A nova diretoria do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil tomou posse no início do ano, composta pelo presidente Idésio da Silva Coelho Júnior e pelos diretores Rogério Garcia (Técnico), Francisco de Paula dos Reis Júnior (Administração e Finanças), Carlos Sousa (reeleito diretor de Desenvolvimento Profissional), Francisco Maldonado Sant'Anna (reeleito diretor de Comunicação), Monica Foerster (Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio

Portes - FAPMP) e Adelino Dias Pinho (Regionais).

A nova gestão tem a missão de aprimorar o que já vem sendo feito e avançar na implementação e consolidação de ações estratégicas. Para isso, torna-se cada vez mais relevante a atuação conjunta da Diretoria Nacional e do Conselho de Administração, seguindo um modelo de governança implementado nas últimas gestões.



IDÉSIO COELHO E EDUARDO POCETTI: SINTONIA TOTAL

Com o objetivo de modernizar o Instituto no âmbito administrativo e institucional, foi atribuído à Diretoria Nacional o papel executivo, com responsabilidade pelas atividades operacionais. Já o Conselho de Administração, criado na reforma estatutária de 2008 e implantado no início de 2009, assumiu a função de estabelecer a agenda estratégica do Instituto.

Da teoria à prática, seguindo o modelo de governança elaborado para o Ibracon, Eduardo Pocetti, que esteve à frente da Diretoria Nacional na gestão 2012/2014, assumiu a Presidência do Conselho de Administração nesta nova gestão.

O novo presidente da Diretoria Nacional, Idésio Coelho, chega ao cargo depois de uma presença marcante em diversas instâncias do Instituto e tendo ocupado o posto de diretor Técnico da Diretoria Nacional no último triênio.

Para Pocetti, "a gestão 2012/2014 teve conquistas importantes, com destaque para o desenvolvimento e o fortalecimento da auditoria independente junto aos órgãos reguladores, às autoridades, à mídia e à sociedade em geral. Isso tudo nos deixa ainda mais felizes por conseguirmos cumprir o que havia sido proposto no planejamento estratégico traçado pelo Conselho de Administração", diz.

O atual presidente do Conselho também demonstra confiança na continuidade das ações, com Idésio Coelho no comando da Diretoria Nacional. "Ele já deu provas de sua atuação em defesa dos auditores independentes durante o período em que vem participando do Ibracon, especialmente como diretor Técnico na última gestão. Tenho certeza de que o Instituto está em boas mãos".

Pocetti ainda ressalta o acerto das estratégias desenhadas pelo Conselho de Administração no triênio 2012/2014, cuja implementação representou o grande desafio de sua gestão.

"Podemos citar como bons exemplos a diversificação do quadro associativo do Ibracon, a ampliação do diálogo com outros setores da sociedade e a valorização do auditor independente. Sem falsa modéstia, deixamos uma herança para a nova diretoria que nos dá grande orgulho, pois traduz a visão de que a auditoria independente, com sua valorização da ética, da transparência e da integridade, é uma atividade indispensável ao crescimento sadio dos mercados, da economia e da sociedade", afirma o atual presidente do Conselho de Administração. Ele destaca, ainda, "a importância da renovação em todas as instâncias, incluindo o ingresso de novos integrantes no Conselho, o que garante permanente vitalidade à instituição".

Novo presidente

Idésio Coelho reafirma que o trabalho desenvolvido pela gestão anterior seguiu o planejamento sugerido, o que assegurou muitas conquistas. De acordo com o novo presidente da Diretoria Nacional, “a nossa gestão não vai contar com uma só ‘bandeira’. Certamente teremos diversas frentes de atuação que já foram identificadas como prioritárias”.

Ele também faz referência ao trabalho realizado pelo seu antecessor, Eduardo Pocetti. “A gestão anterior conseguiu colocar em prática muitas ideias que, se não fosse o esforço do presidente, ficariam apenas no papel”, observa.

Coelho aponta a necessidade de seguir fortalecendo as Seções Regionais (SR) e expandindo a base de associados, além de manter a ênfase no apoio à educação continuada e no esclarecimento dos limites e responsabilidades do auditor independente.

O novo presidente da Diretoria Nacional ainda revela o desejo de dar continuidade a ações para ampliar os horizontes profissionais dos auditores independentes, destacando que essa estratégia passa pela atenção especial à atuação das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

Diálogo

O papel do Ibracon como interlocutor institucional, que foi marcante na gestão 2012/2014, é outra área em que o Ibracon deve se manter em destaque, na opinião de Coelho.

Para ele, é fundamental que o Instituto se torne cada vez mais atuante e representativo junto ao Poder Público, aos órgãos reguladores e às demais entidades da classe, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

“É preciso valorizar o esforço da gestão anterior pelo fortalecimento da relação com o CFC, com quem o Ibracon atuou em plena sinergia em favor da auditoria e da classe contábil”, diz.

Ele lembra que o intercâmbio com entidades internacionais conferiu uma nova visão – mais moderna – ao Ibracon, citando o estreitamento de relações com a Federação Internacional dos Contadores (Ifac), a IFRS Foundation, o International Accounting Standards Board (Iasb), o Financial Accounting Standards Board (Fasb) e a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), da qual o Instituto é um dos patrocinadores.



À ESQUERDA, IDÉSIO E POCETTI RECEBEM AMARO GOMES E JANE PIKE, DO IASB. À DIREITA, POCETTI COM WARREN ALLEN, EX-PRESIDENTE DA IFAC



POCETTI, ACIMA, COM JOÃO AUGUSTO NARDES, PRESIDENTE DO TCU. ABAIXO, EM MESA SOLENE DA MILÉSIMA REUNIÃO PLENÁRIA DO CFC



No âmbito nacional, o novo presidente da Diretoria Nacional faz elogios “à multiplicação das representações político-institucionais junto a autoridades e entidades reguladoras, com destaque para o Ministério Público, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados e outros poderes constituídos”.

A intensificação das ações na área de comunicação, com o objetivo de ampliar a compreensão da atuação do Ibracon por parte da sociedade, também é ressaltada por Idésio Coelho. “Houve muita coisa interessante na gestão 2012/2014, como a criação de páginas do Instituto nas mídias sociais, o lançamento de um vídeo institucional e o redirecionamento da assessoria de imprensa para consolidar o Ibracon como voz oficial dos auditores independentes. Isso é de suma importância, já que nos confere maior reconhecimento e credibilidade junto a

diversas instâncias, tornando mais viável nosso trabalho à frente da Diretoria Nacional para cumprir as metas e propostas traçadas pelo Conselho de Administração”, finaliza Coelho.

Há quase trinta anos atuando com auditoria independente e consultoria contábil-financeira para pequenas, médias e grandes empresas, atualmente, é sócio de Auditoria e líder de Práticas Profissionais da EY Brasil e América do Sul. Simultaneamente à ativa participação no Ibracon, também foi coordenador de Relações Internacionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A aproximação com o Ibracon se deu quando assumiu a função de sênior de auditoria na EY, com o objetivo de trocar experiências com outros profissionais. Posteriormente, passou a participar mais ativamente de atividades promovidas pelo Instituto, como os grupos técnicos, seminários e palestras, até assumir uma diretoria na 5ª Seção Regional, que abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

“Nesse período, comecei a contribuir com a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) e, na gestão 2012/2014, assumi o cargo de diretor Técnico da diretoria Nacional. Essa trajetória, sem dúvidas, edificou de maneira significativa minha carreira profissional”, avalia.



Diretoria Nacional gestão 2015/2017

(de 1 de janeiro de 2015
a 31 de dezembro de 2017)

Presidente:

Idésio da Silva Coelho Júnior

Diretor Técnico:

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças:

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional:

Carlos Alberto de Sousa (reeleito)

Diretor de Comunicação:

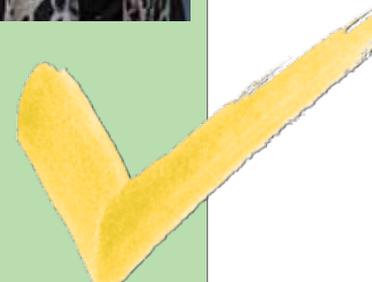
**Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
(reeleito)**

Diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno
e Médio Portes (FAPMP):

Monica Foerster

Diretor de Regionais:

Adelino Dias Pinho



Integrantes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por nove membros eleitos e também os presidentes da Diretoria Nacional e das Seções Regionais, totalizando 17 integrantes.

Presidente:

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário:

Jorge Luiz Canabarro Menegassi

Adeílto Osório de Oliveira

Ernesto Rubens Gelbcke (novo membro)

Fernando Dantas Alves Filho

Juarez Lopes de Araújo

Pedro Augusto de Melo

Raul Corrêa da Silva (novo membro)

Rogério Costa Rokembach (novo membro)

*todos os presidentes (da Diretoria Nacional e das Seções Regionais) também fazem parte automaticamente do CA.

Presidentes das Seções Regionais

1ª Seção Regional

Jurisdição: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia
Presidente Paulo Giuseppe Lima de Araújo (reeleito)

2ª Seção Regional

Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe
Presidente Marcelo Galvão Guerra (reeleito)

3ª Seção Regional

Jurisdição: Rio de Janeiro e Espírito Santo
Presidente Paulo Buzzi Filho (reeleito)

4ª Seção Regional

Jurisdição: Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás
Presidente Paulo Cezar Santana

5ª Seção Regional

Jurisdição: São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Presidente Sérgio Antonio Dias da Silva

6ª Seção Regional

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
Presidente Marcelo de Deus Saweryn (reeleito)

9ª Seção Regional

Jurisdição: Bahia
Presidente Antomar de Oliveira Rios



AIC comemora a volta do Ibracon



INSTITUTO VAI AJUDAR A ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA DE CONTABILIDADE EM SUA MISSÃO DE FORTALECER A PROFISSÃO NA AMÉRICA LATINA

“O Ibracon deu significativa contribuição à profissão contábil brasileira, de forma estratégica e coordenada” –, com essas palavras, Gustavo Gil Gil, presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), destacou, em seu comunicado oficial, o reingresso do Instituto no quadro de membros da entidade.

A filiação do Ibracon, aceita de imediato e por unanimidade pelo Comitê Executivo da associação, se dá na sequência da volta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), formalizada em setembro de 2013.

Na ocasião, Gustavo Gil Gil destacou que o reingresso do Brasil era “muito importante” para que a AIC “possa cumprir sua missão de integrar e representar todos os contadores da América”. Segundo ele, a única maneira de a AIC ser uma voz forte e coerente no continente é contar com a participação de todos os países da região, especialmente aqueles nos quais a profissão é mais representativa, como o Brasil, que conta com cerca de 500 mil profissionais”.

Na reunião da Comissão Técnica Interamericana de Normas e Práticas de Auditoria, realizada durante o Congresso Nacional do Colégio de Contadores do Paraguai, em junho do ano passado, o presidente da AIC já havia reafirmado que o principal compromisso de sua gestão era fazer da entidade a grande referência profissional para o



GUSTAVO GIL GIL, PRESIDENTE DA AIC

continente americano. E, segundo ele, a reintegração do Ibracon seria essencial para atingir essa meta. A associação é composta por órgãos que representam a profissão contábil em cada um dos países da América Latina, denominados Organismos Patrocinadores.

Lembrando que a AIC tem como missão promover a integração dos profissionais da contabilidade latino-americana, visando ao seu desenvolvimento profissional, científico e acadêmico, por meio de um intercâmbio importante,

Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, analisa que “a missão da AIC está estreitamente ligada à missão e aos princípios do Ibracon, o que torna essa parceria tão significativa para fortalecer a profissão na América Latina e no mundo. É mais uma iniciativa importante em prol do desenvolvimento e do fortalecimento da contabilidade e da auditoria independente”.

Como parte dessa integração, Idésio participou do Seminário Regional Interamericano de Contabilidade, realizado em Maceió. O evento foi promovido pela AIC e pelo CFC, em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRC-AL). E também marcará presença na XXXI Conferência Interamericana de Contabilidade, que acontece em setembro na República Dominicana. ✓

Reserve em sua agenda!



**5^a | CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE E
AUDITORIA INDEPENDENTE**

3 e 4 de agosto de 2015

Amcham Business Center - São Paulo/SP

Realização:

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Setor público às claras

O TRABALHO DO BRASIL E DE SEUS VIZINHOS, OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, EM BUSCA DE TRANSPARÊNCIA

Além da eficiência do gasto público e do desenvolvimento de parcerias público-privadas, medidas como boas práticas de comunicação e divulgação de dados tornam-se cada vez mais importantes para fortalecer as ações de governança no Estado.

Em busca de uma gestão organizada e transparente, bem como de uma adequada prestação de contas à sociedade, os governos de todo o mundo, em especial, da América Latina, revisitam seus processos para viabilizar as boas práticas, garantir que a população tenha acesso ao direito básico da informação e, para que, com esses dados em mãos, saiba interpretá-los.

Em entrevista à revista *Transparência Ibracon*, especialistas comentam as principais ações de países como Chile, Colômbia e México, esclarecem a situação do Brasil nesse processo de governança e chegam a um denominador comum: é preciso mais investimento.

Investimento em capital humano (tanto para contratação quanto para o desenvolvimento dos servidores); investimento na efetivação de sistemas unificados para levantamento e inclusão de dados; e investimento no “novo fazer contábil” (pautado pelas normas internacionais de contabilidade pública) com a finalidade de mais organização, controle e uniformidade das contas e do patrimônio público.



Boas práticas de governança

Transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), esses são os princípios básicos da governança corporativa, sistema que engloba a forma como as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas a trabalhar de acordo com boas práticas, alinhando interesses com responsabilidade, geração de valor, longevidade e, inclusive, bem social e ambiental.

Eliane Lustosa, vice-presidente do conselho de administração do IBGC, afirma que as boas práticas valem para qualquer tipo de instituição. “Com ou sem fim lucrativo, empresa aberta ou fechada, do governo, de administração direta ou indireta, há uma série de práticas que podem ser aplicadas a qualquer tipo de organização, como a definição de processos e de responsabilidades, o treinamento contínuo de colaboradores e a conscientização dos mesmos em relação aos conceitos da governança, de forma a mitigar riscos e trazer transparência para o dia a dia”, diz.

Da seleção ao desenvolvimento, o investimento em capital humano é um dos pilares para o aprimoramento do serviço público de forma geral. “O governo deve direcionar com clareza o perfil desejável de seus servidores – conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamento”, destaca Ricardo Ribas, líder de serviços do governo e setor público da PwC Brasil.

Na opinião do professor de Relações Internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Marcus Vinicius de Freitas, o melhor seria que a contratação fosse feita como numa empresa privada, pelo menos, para algumas posições. “Muitas vezes, o concurso pode gerar um nível de acomodação que desestimule o crescimento do funcionário e também faz com que a instituição envelheça pela ausência de novas ideias”, comenta. Freitas ainda sugere que o Estado terceirize as atividades meio – motoristas, arquivistas, entre outras funções – e dedique-se recrutar e treinar ativamente bons profissionais.

Opinião compartilhada por Liliana Junqueira, sócia da EY



ELIANE LUSTOSA



RICARDO RIBAS



MARCUS VINICIUS DE FREITAS



LILIANA JUNQUEIRA



para governo e setor público, que já atuou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Ministério do Planejamento. “No governo federal há escolas de administração pública para os gestores, nos estados da mesma forma, mas deveríamos investir muito mais em cursos de capacitação para outros níveis”, comenta Junqueira.

Um bom exemplo vem do Ministério da Transparência Institucional e Luta contra a Corrupção da Bolívia. Em 2014, numa ação contra a corrupção entre servidores públicos atuantes na Polícia e no Poder Judiciário do país, o órgão promoveu pesquisas em busca dos principais problemas nos departamentos junto ao Instituto Boliviano de Estudos sobre Transparência e Controle da Corrupção (Ibec).

Com os resultados obtidos, foi elaborado um plano de capacitação para introduzir valores, princípios e conhecimentos dos regulamentos contra a corrupção para 407 alunos da Escola Básica de Polícia em El Alto – 197 calouros, 103 estudantes do segundo ano e 107 policiais já no exercício de funções públicas.

Reformulação das leis

O estabelecimento de regras bem definidas parece ajudar a esclarecer o conceito de governança aos agentes responsáveis pelo direcionamento e controle das organizações, inviabilizando fraudes.

A vice-presidente do IBGC cita como exemplo um processo de compra de serviços. “Em vez de deixar a decisão de compra nas mãos de uma pessoa, as propostas poderiam ser recebidas concomitantemente por um sistema de difícil corrupção, evitando a interface do servidor que eventualmente possa beneficiar A, B ou C”, diz Lustosa.

No entanto, até mesmo regras objetivas dão margem a desvios e é preciso que a legislação do país evolua de acordo com suas necessidades. Como exemplo, em 2013, a Comissão de Alto Nível Anticorrupção do Peru apresentou durante a 5ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Uncac, sigla em inglês) os progressos na recuperação de ativos obtidos ilegalmente, a partir da lei nº 30.076,

que alterou a sua legislação sobre o confisco, a fim de garantir um resgate efetivo do dinheiro e dos bens perdidos pelo país.

Durante o evento, Susana Silva, coordenadora geral da comissão, explicou que havia sido criado um sistema autônomo para combater a lavagem de dinheiro e que o Ministério Público ganhara um reforço de fiscais especializados para garantir as devidas punições. Inclusive, a venda, a transferência ou a destruição dos bens ilegalmente obtidos não impediria que o juiz recuperasse os valores, já que seriam apreendidos os bens dos corruptos, até mesmo, esses sendo legais.

Dando continuidade às ações, em 2014, o Executivo peruano apresentou novas propostas contra o crime de lavagem de ativos, como a possibilidade do estabelecimento de um departamento especializado dentro do Poder Judiciário e uma maior capacitação de seus especialistas pelo Programa de Formação de Peritos realizado com o apoio do Conselho de Defesa Legal do Estado do Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

Acesso à informação

O mundo inteiro passa por um processo de transparência e adequação às leis de acesso à informação. Na América Latina, apenas a Venezuela e a Costa Rica ainda não têm legislação nesse sentido e o Paraguai, bem atrasado, acaba de aprovar sua lei de acesso à informação pública. Já a Colômbia tem avanços, apesar de só ter sancionado sua lei em 2014.

De acordo com o relatório *Saber Más*, criado pela Alianza Regional por la Libre Expresión e Información (uma rede de organizações independentes da América Latina para fomentar as melhores práticas e leis de acesso à informação e liberdade de expressão em seus países), a lei colombiana obriga os três poderes do Estado a fornecer informações, além de órgãos estaduais independentes, prestadores de serviços públicos e da administração pública, partidos políticos, entre outros organismos.

“A Colômbia consegue centralizar em um órgão todas as informações: planos de governo; motivos dos gastos; como o dinheiro está sendo aplicado em cada etapa dos projetos. Qualquer cidadão acessa a rede, a Secretaría de Transparencia, e obtém todas as informações sobre governo central, províncias e localidades”, comenta Elias de Souza, diretor da Deloitte para o atendimento às empresas do setor público.

Já o Chile tem destaque dentre os outros países latino-americanos por conta de sua forte cultura institucional de adesão à transparência e probidade geral. O país possui um conselho de transparência (Consejo para la Transparencia) bem atuante, que garante ao cidadão, entre



ELIAS DE SOUZA

ENTRE OS LATINO-AMERICANOS, COLÔMBIA E CHILE SÃO OS PAÍSES QUE MAIS SE DESTACAM

outras coisas, o direito de solicitar informações sem a necessidade do número de seu documento de identificação.

A obrigatoriedade da identificação é citada por Gregory Michener, professor e diretor do Programa de Transparência Pública da Fundação Getulio Vargas (FGV), como uma barreira muito grande ao acesso de informações.

“O problema é a possibilidade de dois vícios na administração pública – a discriminação no fornecimento da informação e a intimidação, especialmente, em cidades pequenas, com governos infiltrados por criminosos”, expõe.

Há cinco países na América Latina que obrigam o solicitante a declarar nome e documento verdadeiros:

O MÉXICO TEM UMA DAS LEIS DE TRANSPARÊNCIA MAIS FORTES

fornece informações dos poderes Judiciário ou Legislativo.

De janeiro a novembro de 2014, o Portal da Transparência (outra relevante iniciativa da CGU) recebeu um total de 13.465.410 visitas. O portal fornece informações que estão sob a competência do órgão. Dados relativos a receitas e despesas próprias de estados e municípios não podem ser encontrados no sistema e devem ser solicitados nos sites de transparência dos mesmos.

Uma plataforma unificada seria o ideal de simplicidade para que o usuário conseguisse concentrar suas dúvidas e pesquisas, comparar com as de outros usuários, levantando, assim, informações de forma completa. A possibilidade de uma ferramenta que identificasse similaridades entre pedidos também pouparia tempo e esforço de organismos e cidadãos, como já acontece no México.

Souza, da Deloitte, lembra que para um universo com mais de 5.500 municípios esse processo é extremamente oneroso e demorado e sugere que, como apoio, sejam intensificados os trabalhos entre setor público, setor privado e terceiro setor. “A Fundação Brava, por exemplo, em parceria com o Insper criou o *site* meumunicipio.org.br. De forma clara e menos técnica, o portal faz a compilação de informações como receita, despesa, nível de endividamento, análises e comparações entre municípios e suas finanças”, diz.



GREGORY MICHENER

Brasil, Equador, Nicarágua, Paraguai e Peru. No Brasil, onde a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) entrou em vigor em 16 de maio de 2012 aplicando-se a todos os poderes e níveis de governo, ainda estamos longe do ideal de transparência e divulgação, é o que indica o relatório *Estado Brasileiro e Transparência*, avaliando a lei de acesso à informação, resultado da avaliação de 133 órgãos públicos dos três poderes em oito unidades federativas, que representam a União, o Distrito Federal, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como suas capitais — os municípios de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

“O estado do Rio de Janeiro força o solicitante a ir presencialmente pedir a informação e assinar um termo de consentimento, prometendo não usar o dado de maneira ilegal, o que é um absurdo”, expõe Michener, um dos responsáveis pela pesquisa. “No México, por exemplo, não é necessário enviar nome ou qualquer outro dado de identificação, apenas um meio de contato como o *e-mail*. Eu também já fiz pedido de informação na Guatemala, além de muitos outros países e nunca foi preciso colocar

identidade”, acrescenta.

No México, a proteção de dados pessoais é reconhecida como direito humano e garantida pela constituição e pelo Instituto Federal de Acesso à Informação e Proteção de Dados, órgão instituído para informar, regular e aplicar multas aos entes que desrespeitarem a lei.

O país possui uma das mais fortes leis de acesso à informação pública, bastante utilizada pela população, “sem taxas de pedidos muito altas, os cidadãos conhecem e usam a lei, que é promovida pelo próprio governo, pelas entidades públicas e pela mídia”, ressalta Michener. Além disso, o país está construindo uma plataforma para pedidos agrupando todos os níveis de governo e todas as entidades.

Para efeito de comparação, no Brasil, a Controladoria-Geral da União possui o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), ferramenta destacada por todos os entrevistados da matéria como muito eficiente para o acesso à informação pública. Mas, pela plataforma, só é possível solicitar dados do Executivo federal, o que significa que ela não

O novo fazer contábil

Para Valmor Slomski, professor do departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e autor de publicações como o livro *Controladoria e Governança na Gestão Pública*, o grande problema da administração pública não somente no Brasil, mas no mundo, é oferecer uma prestação de contas que mostra superávit ou déficit, seja no aspecto orçamentário, financeiro ou patrimonial.

Desde 1993, Slomski trabalha para que seja evidenciado o resultado econômico, esse sim, instrumento poderoso para a capacidade de análise e de continuidade de políticas públicas implantadas, sustentabilidade dos processos e, inclusive, para uma melhor compreensão por parte da sociedade. “Cabe a nós, contadores, criarmos modelos de prestação de contas que melhorem o sistema de governança, transparência e produção, de fato, de simetria informacional”, defende.

A maneira como o Brasil trabalha – ou trabalhava, pois estamos em pleno processo de transformação – suas contas também abre espaço para



SANDRA CAMPOS



VALMOR SLOMSKI

questionamentos. “Enquanto que na iniciativa privada há uma série de regras rigorosas para tratar as informações e seus registros, de forma a garantir consistência e precisão, no setor público brasileiro não existem regras equivalentes implantadas, mas sim uma variabilidade de formatos de registrar e tratar os eventos econômicos e financeiros”, explica Ribas, da PwC Brasil.

Nesse contexto, a convergência brasileira aos padrões da contabilidade pública internacional é tida como um fator decisivo no processo de transparência. “Os problemas e as experiências foram apontando a necessidade de regras para uniformizar os modos de registrar e analisar as informações para que, inclusive, o Brasil pudesse ganhar a possibilidade de comparação com outros países”, acrescenta Ribas.

Outro ponto de destaque é a edição da NBC T 16.11, que trata do sistema de informação de custos do setor público, no conjunto de Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. “É um avanço do Brasil, porque esse tema não está nas normas internacionais e tem causado interesse no meio contábil e de gestão pública em todo o mundo. O sistema de informação de custos possibilitará ao cidadão uma melhor compreensão da qualidade do gasto público e, para o gestor, favorecerá a tomada de decisão quanto à maior eficiência na aplicação dos recursos públicos”, explica Sandra Campos, diretora da KPMG.

Segundo Campos, a partir do “novo fazer contábil” trazido pelas normas, a contabilidade pública brasileira terá as mesmas características de uma contabilidade empresarial. “Em benefício da transparência, as notas explicativas ao balanço propiciarão que as demonstrações contábeis tragam para o cidadão, o destinatário da contabilidade pública, e para os órgãos de controle, de uma forma bem legível e clara, os aspectos não só quantitativos, mas também os qualitativos do recebimento, do uso e da aplicação dos recursos públicos”, conclui. ✓

Muitas realizações e novos desafios



A diretoria de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, responsável pelas ações de Educação Continuada, colheu excelentes resultados em 2014, repetindo o bom desempenho que vem apresentando ano após ano. E antecipa que 2015 também será um ano de oportunidades e realizações.

“Mantivemos uma ampla oferta de treinamentos para os profissionais de auditoria, especialmente por meio dos cursos oferecidos por nossas Seções Regionais. E incrementamos os cursos à distância, no formato *e-learning*”, explica Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional da Nacional.

O foco dessas duas modalidades, à distância e presencial, é atender às necessidades de todos os associados do Ibracon e demais profissionais da área, independentemente de onde estejam. “O Instituto é capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nossos cursos, alinhados com as normas de ensino da International Federation of Accountants (Ifac), são ministrados por profissionais de reconhecida competência técnica e com conteúdo atualizado”, complementa Sousa.

Em 2014, as Regionais realizaram 90 eventos de Educação Continuada, entre cursos, palestras e seminários, reunindo, ao todo,



CARLOS SOUSA

2.135 participantes. Sousa afirma que a expectativa para este ano é de manter o ritmo de crescimento na oferta de cursos. “Estamos trabalhando na coordenação dos treinamentos oferecidos pelas Regionais, de modo a ampliar ainda mais nossa cobertura”, diz.

Desde que foram criados, em 2010, os cursos na modalidade *e-learning* totalizam 4.465 participações de profissionais, 678 das quais ocorreram em 2014. Os cursos, que tratam das mudanças nas normas de auditoria, contam com três módulos: Novas Normas de Auditoria I, II e III.

“Em um país de dimensões continentais, pode ser difícil para

um profissional não residente nos grandes centros urbanos o acesso à informação de boa qualidade, que permita sua formação e desenvolvimento contínuos. Pensando nesse público, temos ampliado a oferta de treinamentos à distância, de modo a evitar deslocamentos e minimizar o investimento necessário para a capacitação profissional dos associados”, explica o diretor.

Souza também destaca a presença de um público recorde, de 538 profissionais, na 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada em 18 e 19 de agosto do ano passado, e que contou pontos para o PEPC.

“A participação crescente de profissionais da área marca a consolidação da nossa Conferência como um dos mais importantes eventos do setor, permitindo o debate de temas relevantes, que agregam conhecimento e contribuem para a educação continuada”, acrescenta o diretor.

Desafio para 2015

Outra importante atuação da diretoria de Desenvolvimento Profissional da Nacional e das Regionais se verificou na Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC), do CFC, responsável pela gestão do PEPC. O Ibracon tem presença marcante nas



discussões ali realizadas, uma vez que conquistou o direito de indicar seis membros para a comissão: os diretores de Desenvolvimento Profissional da Nacional e de cinco Regionais.

Um tema de alta relevância discutido ao longo de 2014 na Comissão foi a extensão do PEPC (que até então era obrigatório apenas para os auditores inscritos no CNAI e que atuavam em mercados regulados), também para os contadores preparadores de demonstrações contábeis das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela CVM, Banco Central e Susep, ou consideradas de grande porte, além de todos os profissionais que exerçam atividades de auditoria independente. A Norma Brasileira de Contabilidade PG 12, que trata do tema, foi publicada pelo CFC em dezembro do ano passado.

“Os preparadores são de fundamental importância para a aplicação adequada das normas de contabilidade de modo a garantir a qualidade das demonstrações contábeis. A ampliação da exigência de educação continuada para esses profissionais reflete essa importância. Esperamos que toda a sociedade possa se beneficiar dela”, diz Sousa.

O Ibracon já está trabalhando na coordenação dos treinamentos oferecidos pelas Regionais, de modo a abranger também os preparadores das demonstrações contábeis.

Projeto BID

O Ibracon também colhe excelentes frutos no Projeto de Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria, conhecido como Projeto BID.

Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto é executado pelo Ibracon, tendo como coexecutora a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

O projeto, que visa a contribuir com o processo brasileiro de convergência às normas internacionais de contabilidade e auditoria, patrocina um Programa de Capacitação On-line especial para professores de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior de todo o Brasil.

A parceria conta com recursos do BID da ordem de US\$ 1 milhão e com contrapartidas locais de US\$ 1,5 milhão, incluindo recursos financeiros e econômicos. ✓





O papel do auditor

APESAR DE SUA IMPORTÂNCIA, A AUDITORIA INDEPENDENTE AINDA É UMA ATIVIDADE POUCO COMPREENDIDA PELA SOCIEDADE

A auditoria independente tem a finalidade de aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis (DC) e examinar se as mesmas, no seu conjunto, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia auditada.

O resultado do trabalho do auditor destina-se a uma ampla gama de agentes do mercado: os chamados usuários do relatório de auditoria. Conforme explica Idésio Coelho, presidente do Ibracon, o relatório de auditoria é um importante instrumento para orientar o trabalho de diferentes usuários das demonstrações contábeis, como administradores da companhia, acionistas, investidores, reguladores, imprensa, instituições financeiras que negociam com a entidade auditada e até empresas que tenham relações comerciais com a mesma. "Dada a sua importância para tão distintos agentes, o auditor independente enfrenta um cenário bastante rigoroso para exercer sua profissão", afirma Coelho.

Esse trabalho é um dos mais regulados, por órgãos nacionais e internacionais. "A auditoria independente é um expediente, entre muitos outros, que as companhias devem adotar para assegurar a melhor governança", analisa Sérgio Varella Bruna,



IDÉSIO COELHO

sócio no escritório Lobo & de Rizzo Advogados. E complementa: "Ainda assim, a auditoria independente é uma das profissões mais mal compreendidas pela sociedade".

Quando ouve falar em auditoria independente, o leigo associa a profissão a uma série de outras

que nada têm a ver com o escopo do trabalho, conforme os regulamentos e normas. O auditor independente é, na maioria das vezes, confundido com fiscal e investigador. Talvez essa distorção decorra do fato de que os fiscais de órgãos governamentais também são denominados "auditores", tais como os "auditores da Receita Federal" ou "auditor do Tribunal de Contas", embora, na prática, exerçam funções de fiscalização e não de auditoria contábil.

Um pouco de história

No Brasil, apesar de as primeiras empresas do segmento terem iniciado sua atuação no início do século XX, a profissão só foi regulamentada em 1965. Essencial para a proteção dos usuários das DC, a auditoria independente foi criada a partir do crescimento das empresas, que, em decorrência das novas tecnologias, do aprimoramento dos procedimentos internos e do esforço para manterem-se em um mercado mais competitivo, passaram a investir mais recursos em suas operações e, conseqüentemente, buscaram novas formas de investimento, como empréstimos bancários e abertura de capital.

Os bancos que emprestam a essas companhias, seus acionistas e os investidores em geral, entre outros agentes do mercado, acompanham de perto a situação das empresas e usam, em sua análise, diferentes instrumentos, sendo que auditoria independente é apenas mais um deles.

Dessa forma, surgiu a necessidade de que informações consistentes e confiáveis fossem geradas para o mercado e os usuários das informações passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem examinadas por um profissional independente, com técnicas de análise específicas e profundos conhecimentos em contabilidade, por isso, com formação acadêmica em Ciências Contábeis.

Nesse contexto, nasce a figura do auditor independente. O profissional não é um funcionário da companhia auditada, ao contrário do auditor interno, este, sim, um empregado da empresa.

“O auditor independente é contratado para a prestação de serviços por um período determinado e seguindo um escopo de trabalho descrito nas normas que regem a profissão”, explica Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon.

Diferente do auditor interno, ele não tem como objetivo principal (apesar de também poder) examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e operacionais da companhia, mas sim expressar sua “opinião” a respeito das demonstrações contábeis.



ROGÉRIO GARCIA

AUDITORIA SEGUE ESCOPO DETERMINADO NAS NORMAS DA PROFISSÃO

As normas vigentes também regulam alguns trabalhos especiais, com escopo totalmente diverso da auditoria independente, apesar de serem realizados pelos auditores independentes. Um exemplo são os chamados “procedimentos previamente acordados” (descritos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSC 4400), entre os quais estão a auditoria de demonstrações fora do período habitual da empresa; a revisão do processo de pagamento a fornecedores em determinado ano; a preparação de relatório sobre um conjunto completo de demonstrações contábeis elaboradas com uma base fiscal, entre outros projetos.



ALEXSANDRO BROEDEL LOPES



Exigências dos reguladores

O auditor independente obedece a uma série de exigências, determinadas não apenas pelos órgãos reguladores como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), como também pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre as quais estão:

- Aprovação no Exame de Qualificação Técnica: todo profissional que tem interesse em atuar no mercado de capitais ou no sistema financeiro, regulados pela CVM e pelo Banco Central, respectivamente, precisa realizar esse exame para obter registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).
- Participação no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do CFC: os contadores com registro nos CRCs e inscritos no CNAI, assim como os profissionais com registro na CVM, Banco Central e Susep, precisam atingir 40 pontos de educação profissional continuada obtidos, por exemplo, por meio de participação em cursos, em reuniões técnicas ou em atividades como professor em universidades, entre outras previstas em lei. Anualmente, é necessário demonstrar o cumprimento das horas sob pena de ter o registro no CNAI cancelado.
- Revisão externa de qualidade: também conhecida como revisão pelos pares, ela é obrigatória para auditores e firmas de auditoria que exerçam auditoria independente em entidades reguladas pela CVM. Há um Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), instituído pelo CFC e pelo Ibracon, que tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pelos auditores e firmas de auditoria para assegurar a qualidade (medida pelo atendimento das normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo CFC e demais órgãos reguladores) dos trabalhos desenvolvidos.

O dia a dia da profissão

O trabalho do auditor independente deve seguir uma metodologia e um conjunto de normas profissionais emitidas pelo CFC, equivalentes às normas internacionais, que estabelecem procedimentos para a realização de uma auditoria independente nas demonstrações contábeis.

A auditoria começa com a etapa de planejamento. Nessa fase, são definidos a estratégia global (alcance, período, direção da auditoria) e o plano de auditoria com a extensão dos procedimentos que serão realizados. Na avaliação inicial, são

observados, por exemplo, os motivos para a contratação do serviço, o segmento da empresa a ser auditada, bem como sua estrutura (operações e administração) e o time de profissionais que serão mobilizados para a auditoria.

“A prática profissional não abrange a revisão integral das demonstrações contábeis. Ela é realizada com base em testes por amostragem”, ressalta Sérgio Varella Bruna, sobre um dos dois principais conceitos que norteiam o dia a dia do auditor – a amostragem.

Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população (NBC TA 530).

Ao planejar e determinar a amostra de auditoria, o auditor independente deve levar em consideração, entre outros aspectos, os objetivos

específicos da auditoria; a população da qual deseja extrair a amostra; o risco da amostragem; o erro tolerável e o erro esperado. “É por isso que existe uma materialidade. Ninguém diz que as demonstrações contábeis estão certas até o último centavo, nem é isso que se espera. Mas, sim, que elas estejam adequadas dentro de um nível de materialidade que os auditores independentes determinam”, expõe Aleksandro Broedel, diretor de Planejamento Financeiro e Controle Orçamentário e Fiscal do Itaú Unibanco.

A materialidade é uma questão de julgamento profissional em que o contabilista observa a relevância das informações evidenciadas de forma quantitativa e qualitativa (veracidade das informações transmitidas pelas notas explicativas). Dentro do planejamento e na execução do trabalho de auditoria independente, o auditor determina o valor ou valores como base para avaliação de informações em classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgações e extensão do trabalho que será realizado.

Também cabe ao profissional determinar a amplitude dos exames necessários (conhecidos como testes de controle e substantivos) que podem ser verificações de documentos, conferência de cálculos, exame e contagem física (*in loco*), circularização ou pedido de confirmação, junto a terceiros, de informações relacionadas à empresa, entre outros procedimentos.

Ahmed Sameer El Khatib, coordenador da área Técnica do Ibracon, destaca que “não é objetivo da auditoria independente elaborar as demonstrações contábeis; prevenir e identificar fraudes e erros; garantir que todos (100%) os lançamentos contábeis foram efetuados corretamente; representar garantia de viabilidade futura da entidade; ou atestar a eficácia



SÉRGIO VARELLA BRUNA

da administração na gestão dos negócios”.

A importância das normas

Desde 2010, o Brasil adota as normas internacionais de auditoria e contabilidade: as International Standards on Auditing (ISA, em inglês), aqui denominadas Normas Internacionais de Auditoria; e as International Financial Reporting Standards (IFRS, em inglês), aqui conhecidas como Normas Internacionais de Contabilidade. As normas são emitidas, respectivamente, pela International Accounting Standards Board (IASB) e pela International Federation of Accountants (Ifac).

Antes da adoção dessas normas globais, em um processo de convergência bem-sucedido e que teve início em 2008, o Brasil criou, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que reúne preparadores e diferentes usuários da informação contábil: os profissionais da contabilidade representados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as empresas representadas pela Associação

Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca), os auditores independentes representados pelo Ibracon, a BM&FBovespa (que negocia ações das companhias no Brasil), os analistas de mercado representados pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e a academia, representada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). O CPC recebe as normas internacionais, traduzidas para o português pelo Ibracon, prepara e emite os pronunciamentos técnicos. Em seguida, os órgãos responsáveis pela regulação da profissão (CFC) e do mercado (CVM e outros) aprovam, determinando a sua aplicação.

As empresas utilizam as normas de contabilidade para preparar as suas demonstrações contábeis e os auditores independentes usam as normas de auditoria para conduzir seus trabalhos sobre essas demonstrações.

Da mesma forma como é feito com as IFRS, o CFC providencia a tradução das ISA, que é enviada ao Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon para revisão, principalmente, no que diz respeito a conceitos. Depois disso, o conteúdo retorna ao CFC que emite as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TA).

As NBC TAs, normalmente, têm a mesma numeração das ISA, as normas internacionais de auditoria. Por exemplo, há uma ISA 701 que, no Brasil, corresponde à NBC TA 701. Todas as normas são importantes e obrigatórias para o exercício da profissão, o conjunto dita as “regras do jogo”. A NBC TA 200 trata dos objetivos gerais do auditor independente na condução de seus trabalhos; a NBC TA 220, do controle de qualidade; a NBC TA 240, muito citada ultimamente, trata da responsabilidade do auditor em relação à fraude.

Responsabilidade compartilhada

José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis e Auditoria da CVM, aponta que a atividade de auditoria independente não tem como objetivo primordial a detecção de fraudes. “Não obstante, é necessário lembrar que detectada a existência de fraude ou erro no transcorrer dos trabalhos de auditoria, cabe a esse profissional comunicar tal fato à governança da companhia, para a adoção das medidas saneadoras necessárias e aplicáveis, incluindo a mensuração dos impactos nas demonstrações contábeis auditadas e, conseqüentemente, na opinião a ser emitida”, detalha.



JOSÉ CARLOS BEZERRA

Para Aleksandro Broedel, a auditoria não tem uma função preditiva. “Quando uma companhia submete-se à auditoria, em vista dessa verificação, ela tende a ter procedimentos contábeis melhores. No entanto, ela pode apresentar um relatório do auditor sem ressalva e vir a ter problemas financeiros até mesmo em curto prazo, tornando-se insolvente”, explica. Daí a importância capital das boas práticas de governança das companhias.

Segundo o diretor do Itaú, a companhia tem uma grande responsabilidade. “A estrutura de governança é composta por vários agentes, entre eles, a administração, o conselho fiscal e o comitê de auditoria, que devem estar bem entrosados a fim de identificar possíveis áreas de risco dentro da companhia”, diz Broedel.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DAS COMPANHIAS TEM PAPEL FUNDAMENTAL

Comitê de Auditoria

Parte essencial na estrutura organizacional e braço direito da administração das companhias, o Comitê de Auditoria contribui para assegurar a confiança nos relatórios financeiros verificados, em sistema de amostragem, pela auditoria independente, transmitindo mais transparência e segurança ao mercado. Entre as suas principais atribuições estão:

- Relacionamento com a auditoria independente garantindo a total independência do auditor e do auditado;
- Responsabilidade sobre os relatórios emitidos pela empresa;

- Supervisão do cumprimento das leis, normas e regulamentações;
- Supervisão do processo de divulgação de informações: controles internos e responsabilidades da administração;
- Supervisão do gerenciamento e do monitoramento de riscos.

A norma de auditoria prevê que não se audita todas as empresas do mesmo jeito, conforme lembra Broedel. “Se o procedimento de auditoria tem uma administração com um bom *compliance*, com rigorosos controles internos e excelente estrutura de auditoria interna, o trabalho do auditor independente é feito de uma forma. Se ele está em uma empresa que não tem uma governança razoável, o trabalho vai acontecer de outra forma”, diz. ✓



24^a

**Convenção dos Profissionais
da Contabilidade do Estado
de São Paulo**

CONTABILIDADE: CIÊNCIA A FAVOR DA TRANSPARÊNCIA



14 a 16
de junho
de 2015

Mendes Convention Center
Santos - SP

Para mais informações e inscrições
www.convecon.com.br



De olho nas pequenas



As Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) têm demonstrado resiliência diante das incertezas da economia mundial. É o que mostra o resultado parcial da pesquisa *Global SMP Survey*, de 2014, realizada pela International Federation of Accountants (Ifac) com firmas de todo o mundo. Mesmo apresentando dados não tão positivos como eram esperados, os resultados são encarados como promissores pelo mercado.

Devido à reação esboçada pelas economias americana e europeia, a avaliação de 2013 apontou que o segmento das FAPMP estava bastante esperançoso com os resultados que viriam em 2014. No entanto, o mercado surpreendeu-se com o crescimento moderado. As pesquisas anteriores (2012 e 2013) indicaram que 78% das firmas obtiveram resultados iguais ou melhores em suas receitas. De acordo com o levantamento atual, esse número caiu para 72%. Destas, 37% confirmaram um aumento moderado de suas receitas, 4% um aumento substancial e 31% relataram que suas receitas permaneceram as mesmas.

Para Giancarlo Attolini, presidente do Small and Medium Practices Committee (SMP) da Ifac, ainda assim os dados demonstram a manutenção e desenvolvimento das FAPMP no mercado. “Com um desempenho sólido no ano passado e otimismo em relação ao crescimento da receita, as FAPMP refletem o atual estado da economia global e a variedade de oportunidades para as pequenas empresas”, diz.

Para tanto, alguns desafios apontados pelas firmas



AGIMAGEM
GIANCARLO ATTOLINI

FAPMP RESISTEM BEM ÀS INCERTEZAS GLOBAIS

merecem atenção redobrada e muito trabalho, a fim de que as “portas do mercado” abram-se às Pequenas e Médias Empresas (PME) e, mesmo, às grandes companhias. Já na 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada pelo Ibracon em agosto, especialistas no mercado, incluindo Attolini, discutiram as possibilidades de melhoria dos negócios das FAPMP.

Entre os temas abordados estavam a competitividade

PESQUISA APONTA OS PRINCIPAIS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DAS FIRMAS DE AUDITORIA DE PEQUENO E MÉDIO PORTES EM TODO O MUNDO

entre as firmas de auditoria; a necessidade de investimento em qualificação das equipes; a participação nos programas de Educação Continuada; a adequação às regras de mercado; e a utilização de novas metodologias e recursos tecnológicos. Questões que preocupam o mercado há algum tempo e já foram registradas nas pesquisas anteriores realizadas pela entidade.

Em 2012, por exemplo, o principal desafio das FAPMP no mundo era a atualização aos novos regulamentos e normas (27%). A segunda questão apontada pelo setor era atrair e reter clientes (21%). A pressão para diminuição de honorários aparecia em terceiro lugar (18%), seguida de questões como o aumento de custos.

Em 2013, a maior dificuldade tornou-se atrair e reter clientes (24%). Em seguida, apareceram questões como a pressão para diminuição de honorários (21%) e a dificuldade em manter-se atualizado aos novos regulamentos e normas (15%). Além disso, as firmas também reclamaram da alta concorrência, da dificuldade para atração e manutenção de equipe, do equilíbrio entre vida pessoal e o trabalho e do investimento em novas tecnologias para melhoria da operação.

Pelos resultados parciais da pesquisa de 2014, as firmas continuam preocupadas e, por isso, buscam novas estratégias para conquistar clientes (58%). Para Monica Foerster, diretora de FAPMP do Ibracon Nacional e representante do Brasil no SMP da Ifac, em um ambiente cada vez mais competitivo, a pressão para a redução de



MONICA FOERSTER

RECOMENDAÇÃO
É BUSCAR
NOVAS
ESTRATÉGIAS

honorários, bem como a manutenção de pessoal, torna-se mais um problema a ser enfrentado, em paralelo ao esforço por manter clientes antigos e atrair novos.

“Para manter e aumentar espaço no mercado, é imprescindível que as FAPMP busquem a permanente qualidade nos trabalhos desenvolvidos, bem como permaneçam atentas e capacitadas ao desenvolvimento de diversificadas atividades, inclusive, focando em novos nichos, em seu segmento de atuação”, avalia a diretora.

E enfatiza a importância da atualização técnica das firmas. “Para enfrentar a concorrência é preciso investir cada vez mais no aprimoramento dos profissionais e na qualificação

dos próprios empreendedores, donos das firmas. É uma realidade de mercado. Temos de desenvolver equipes engajadas, que vistam a camisa da empresa”, reforça.

A dificuldade de atualização em relação aos regulamentos e normas (57%) foi o segundo empecilho apontado pelas FAPMP, em especial, das Américas Central e do Sul (68%), do Oriente Médio (65%) e da Europa (63%). “Face às mudanças em andamento, no mundo todo, novos (e antigos) desafios coexistem e interagem na realidade dessas firmas. Manter-se atualizado frente às normas e regulamentos – tanto no âmbito contábil e de auditoria como no aspecto fiscal – é um compromisso constante e não facilmente alcançável, devido ao menor volume de recursos financeiros, tecnológicos e de pessoal disponíveis”, explica Monica.

Atentos à clientela

As PME são responsáveis por grande parte do PIB do setor privado. Só no Brasil, elas geram 20%. Como principais clientes das FAPMP, suas ações impactam diretamente os negócios das firmas.

Dessa forma, também ouvidas pela pesquisa Ifac, tais empresas identificaram o aumento dos custos (67%) e a incerteza econômica (66%) como os dois grandes entraves do mercado. A informação foi registrada, sobretudo, pelas companhias do Oriente Médio e na África.

Os dois dados já haviam aparecido nas pesquisas anteriores somados a outro item – a dificuldade de acesso a crédito. O relatório de 2012, por exemplo, ressaltou que as empresas ainda lutavam para recuperarem-se da crise de 2008 e 2009. O lento crescimento da economia americana impactava diretamente os países dependentes de exportação, como os da Ásia. Enquanto que a recessão do Reino Unido também colaborava para o pessimismo e receio do mercado.



Já o relatório de 2013 apontava diferentes necessidades por região. A incerteza econômica acometia o Caribe, a Europa e as Américas Central e do Sul (23%). O aumento dos custos era a grande preocupação das empresas asiáticas (22%). A pressão para a redução de preços havia sido apontada pelas companhias da América do Norte (19%) e a dificuldade de acesso a financiamento era tida como a principal barreira das PME da África e Oriente Médio.

Nesse contexto, as oportunidades para as FAPMP estariam na oferta de novos serviços relacionados a assessoria e consultoria empresarial, já que as principais fontes de consulta dos administradores de empresas são os contadores.

A mesma perspectiva foi apontada pelas FAPMP na pesquisa Ifac de 2014. De acordo com os participantes, a consultoria (50%) e os serviços tributários (48%) foram classificados como os possíveis responsáveis pelo crescimento de suas receitas em 2015.

Mais sobre a pesquisa

A *Ifac Global SMP Survey* foi feita com o apoio de pesquisadores da Universidade de Dayton, nos Estados Unidos, e esteve disponível em 21 idiomas, inclusive na língua portuguesa. Ao todo, foram recebidas 5.083 respostas, de 135 países. ✓



CT 04/2010 (R2)

O Ibracon acaba de emitir o Comunicado Técnico - CT 04/2010 (R2), com orientações aos auditores independentes para a emissão do seu relatório sobre as demonstrações contábeis.

O motivo para a revisão do CT foi o de incluir a possibilidade de emissão de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais com *dual compliance* para as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as IFRS.

A atualização do CT se fez necessária por conta da eliminação da diferença de prática que existia referente à valorização de investimentos em demonstrações contábeis separadas aprovada pelo Iasb e, posteriormente, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em dezembro de 2014.

O presente CT atualiza o texto anterior e apresenta modelos de relatórios do auditor independente, para possibilitar a desejada uniformidade na emissão dos relatórios.

Procedimento de auditoria

O Ibracon emitiu Circular com orientações sobre procedimentos de auditoria, no caso de indícios, suspeitas de fraudes ou de possíveis atos ilegais na entidade, cujas demonstrações contábeis estão sendo auditadas. A Circular transcreve algumas das principais considerações sobre aspectos de leis e regulamentos em uma auditoria, assim como a responsabilidade do auditor em relação à fraude.

CT 05/2014

O Ibracon emitiu o Comunicado Técnico (CT) 05/2014, que orienta os auditores independentes sobre procedimentos de auditoria a serem considerados para aplicação do Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que dispõe sobre o Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos das Distribuidoras de Energia Elétrica. Este Comunicado versa sobre os procedimentos de auditoria relacionados aos assuntos tratados na OCPC 08 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Deliberação 732/14 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários).

CVM revisa pronunciamento

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Deliberação nº 733/2014, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07. O Documento altera o Pronunciamento Técnico CPC 35 – Demonstrações Separadas em decorrência de modificações efetuadas na IAS 27 e aprovada pelo International Accounting Standards Board (Iasb), em agosto de 2014, com consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e CPC 18. O objetivo da Revisão foi permitir à controladora, nas suas demonstrações contábeis separadas, a adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.

Integração agrega valor



Abordagem de comunicação que conecta as informações mais relevantes da organização, o relato integrado (RI) surge como uma evolução na forma de apresentar relatórios pelas empresas, uma vez que não contempla apenas o desempenho econômico-financeiro, mas também o socioambiental.

Este último vem ganhando maior fôlego nos últimos anos impulsionado pela Global Reporting Initiative (GRI). Para dar continuidade a esse processo, a GRI e o Projeto Príncipe de Gales para a Sustentabilidade instituíram o International Integrated Reporting Council, IIRC (sigla em inglês para Conselho Internacional de Relatórios Integrados), cuja missão é criar uma estrutura globalmente aceita para a Contabilidade e para a sustentabilidade, que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável. Ou seja, integrado. O IIRC divulgou um *framework* com a estrutura conceitual do relato integrado em dezembro de 2013.

No Brasil, “como apoio às iniciativas do IIRC, o Ibracon constituiu um GT (Grupo de Trabalho) Multidisciplinar, em julho de 2014, para tratar de diversos temas, entre os quais relato integrado, sustentabilidade, balanço social e efeito estufa”, destaca Ahmed Sameer El Khatib, coordenador da área Técnica do Instituto. Ainda no ano passado, o Ibracon apoiou o lançamento da estrutura do relato integrado em português, em um evento organizado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que contou com a presença do presidente do IIRC, Paul Druckman.



PAUL DRUCKMAN

IBRACON CRIOU GT MULTIDISCIPLINAR PARA DEBATER O TEMA

“A criação do GT Multidisciplinar se deu para acompanhar as normas internacionais de contabilidade, que vêm evoluindo muito nas orientações e disciplina de revisão de processos financeiros e não-financeiros, razão pela qual o grupo tem o papel-chave de apoiar a liderança do Instituto no entendimento desse movimento e nas discussões sobre o assunto na sociedade”, enfatiza Meire de Fátima Freire, que até dezembro de 2014 coordenou o GT.

FERRAMENTA PARA AVALIAR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE NEGÓCIOS DE QUALQUER ORGANIZAÇÃO, O RELATO INTEGRADO PROMETE VALORIZAR A COMUNICAÇÃO E OFERECER SUBSÍDIOS PARA DIFERENTES GRUPOS DE *STAKEHOLDERS*



MEIRE DE FÁTIMA FREIRE

Sob a coordenação de Meire, os integrantes do GT do Ibracon, constituído por representantes de firmas associadas, deram continuidade ao processo de alinhamento à norma ISAE 3410 - Assurance Engagements on Greenhouse Gas Statements, no segundo semestre do ano passado.

Por meio do GT Multidisciplinar, o Ibracon contribui de forma efetiva para o amadurecimento do tema no País, a fim de que o mercado entenda que o auditor independente, profissão com origem contábil-financeira, está evoluindo para a revisão dos aspectos não-financeiros, pautados em uma lógica de controles internos, atrelados ao desempenho econômico-financeiro da organização (com ou sem fins lucrativos).

“O GT também favorece o entendimento do tema dentro do próprio Instituto, por ser o ponto de apoio para participar de iniciativas que requerem ação institucional”, analisa Meire.

Dificuldades

Quanto às dificuldades que surgiram em relação à implantação do modelo de relato integrado, conhecido como *framework*, junto aos diferentes órgãos do governo e classe empresarial, Meire destaca como principal obstáculo o desconhecimento sobre desempenho não-financeiro e sua relação com o desempenho econômico-financeiro.

“Além disso, ainda não chegamos ao ponto de trazer para o mundo da contabilidade informações intangíveis. Também não há orientações que permitam uma explicitação de valores dispendidos com impactos e/ou resultados provenientes de variáveis tidas como não-financeiras (socioambiental e governança)”, argumenta a diretora.

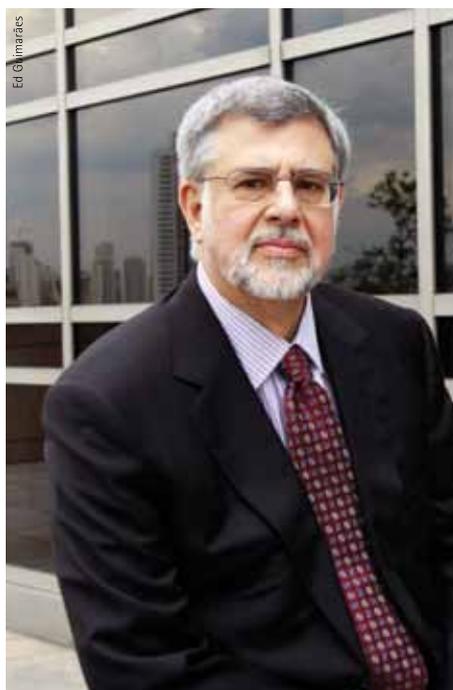
A executiva ressalta que a utilização do relato integrado ainda é incipiente no Brasil. Apenas 11 empresas de grande porte declaradamente adotam o relato integrado, mas ainda há um longo caminho a percorrer, até porque é necessário trabalhar a qualidade das informações pautadas em processos de controle e de gestão integrados aos controles contábeis-financeiros, de maneira consistente.

“O relato integrado é o caminho para o futuro”, afirma Antonio Castro, presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Para ele, o relato integrado

é um divisor de águas. “Antes dele, os relatórios eram publicados por áreas independentes. Hoje, tem-se um relato que reflete a companhia como um todo, não apenas a visão de segmentos diferentes de uma mesma companhia”, acrescenta Castro.

Para ele, embora as empresas estejam atentas a esse movimento, ainda há certa confusão sobre o termo no mercado. A tendência é focar no desenvolvimento de um relatório organizado de acordo com a descrição dos capitais sobre os quais as empresas devem relatar. Observa-se que falta consciência de que o relatório é o final de um processo de transformação de um conjunto de procedimentos internos que suportem de forma confiável as informações e dados relatados. “Verdadeiramente, as empresas estão preocupadas com a forma como o relato integrado deve ser coordenado”, considera Castro, reforçando que outro importante aspecto do RI é a consistência entre as várias informações que contemplam o relatório.

De certo, contabilidade/controladoria/finanças são fundamentais neste processo, mas há uma lacuna quanto à definição de seus papéis. Comumente, os relatórios estão sendo produzidos pela área de sustentabilidade, a partir



ANTONIO CASTRO

da coleta de dados de outras áreas e de terceiros na geração do documento. As informações não-financeiras devem ser integradas aos processos de controle das organizações, de modo viabilizar a interação contábil financeira e não-financeira. Ressalta-se que a partir da evolução das normas contábeis de auditoria torna-se indispensável a existência de processos confiáveis.

A lógica do relato integrado se aplica a qualquer tipo de atividade (com ou sem fins lucrativos) e porte organizacional. Na verdade, o modelo vem simplificar a lógica de relato e até contribui para que as empresas (especialmente as de médio e pequeno portes), além de Ong's e órgãos governamentais, tenham maior clareza sobre os processos e desempenho relacionados ao seu objeto social, agregando valor antes não percebido.

De acordo com as características das

NOVO RELATÓRIO REFLETE AS COMPANHIAS COMO UM TODO

organizações que adotam o modelo, o relato integrado monitora os riscos e a criação de valor em outros cinco capitais: o natural, o humano, o intelectual, o manufaturado e o social/relacionamento. Por sua vez, os capitais têm relação direta com o modelo de negócio ou com o objeto social (no caso de entidades sem fins lucrativos). A organização pode ter impacto e gerar valor sobre todos os capitais apenas em alguns ou em outros não explicitados. A classificação do desempenho em alguns ou em todos os capitais, depende de impactos econômico-financeiros, sociais e ambientais e da estrutura de governança.

Avanço

Para estimular a adoção do RI no Brasil e acompanhar as iniciativas do Conselho Internacional para Relato Integrado, em julho de 2013, membros brasileiros do IIRC criaram uma comissão, liderada pelo BNDES, com

representantes da academia, empresas e entidades. E lançou o Programa Piloto IIRC.

“O grupo visa manter o mercado brasileiro informado sobre o futuro da autorregulação, a fim de evitar surpresas ou rejeições quando de sua implementação”, explica Sandra Guerra, presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

No Brasil, o Programa Piloto IIRC conta com a participação de 12 empresas, entre as quais figura a Fibria, que desde 2012 publica relatório sob as diretrizes do IIRC. Mas antes daquele ano, a empresa já trabalhava com o conceito de pensamento sistêmico e interconexões entre os aspectos financeiros e não-financeiros do negócio, reconhecendo a importância de apresentar sua estratégia de geração de valor a longo prazo relacionada a temas econômico-financeiros e socioambientais.

A Fibria não apenas integra os cinco capitais, como busca demonstrar suas interconexões, descritas pelo IIRC como atividades, *inputs*, *outputs* e estratégia para geração de valor a longo prazo. “Usando o conceito de materialidade, alguns capitais ganham um peso maior no relato, refletindo a sua relativa materialidade de acordo com partes interessadas internas e externas”, explica Cristiano Oliveira, consultor de Sustentabilidade da empresa.

Segundo ele, mais do que o relato integrado, vale destacar a importância do processo que o IIRC descreve como o “pensamento integrado”, ou seja, a forma como a empresa entende o seu papel na sociedade e como gera valor a longo prazo, assim como as



SANDRA GUERRA

externalidades. Na Fibria, a exploração da visualização sistêmica de suas atividades e impactos começou com a definição das suas metas de longo prazo, que envolveu a exploração de mais de 90 variáveis do negócio e como elas se relacionam entre si.

Esse trabalho interno permitiu evoluir para infográficos que complementam o relatório, descrevendo e prestando contas em relação às atividades da empresa, e buscando demonstrar às partes interessadas a complexidade do modelo de negócio da companhia. O esforço para traduzir tal modelo em uma linguagem visual é um processo que incentiva o pensamento integrado, que, por sua vez, é um exercício necessário para a produção de um relato integrado.

O processo de pensamento integrado possibilita que a empresa tome decisões levando em consideração o todo e não apenas aspectos específicos do negócio.



PROGRAMA PILOTO DO IIRC CONTA COM 12 EMPRESAS BRASILEIRAS

RELATÓRIO INTEGRADO PERMITE QUE PARTES INTERESSADAS AVALIEM DESEMPENHO DAS COMPANHIAS



ADRIANA BOSCOV

“Conseguimos comunicar para as nossas partes interessadas as conexões entre aspectos financeiros e não-financeiros, que permitem que elas tenham mais recursos para melhor avaliar o desempenho da Fibria e dar suas contribuições à empresa”, completa Oliveira.

“Desde que instituímos a publicação das informações de forma integrada,

temos tido maior número de visualizações nas páginas que contêm as informações, chegando a atingir uma média de 2.500 visualizações mensais em nosso site institucional em 2013”, informa Adriana Boscov, superintendente de Sustentabilidade Empresarial da SulAmérica.

A empresa vem integrando as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) em seus diversos relatos e canais de comunicação desde 2010. Tudo começou com a unificação do relatório anual com o relatório de sustentabilidade em 2008, quando a empresa adotou pela primeira vez a metodologia da GRI para relatar seus dados ASG. Na época, apesar de serem apresentadas em um único documento, as informações eram compartimentadas.

Em 2012, a SulAmérica iniciou um processo de redução de indicadores reportados e passou a incorporar questões ASG no discurso dos executivos. Atualmente a companhia não apresenta um “relatório”, mas sim um resumo de suas atividades

no decorrer do ano em seu relatório anual. Para a empresa o relato integrado nada mais é do que entender o negócio de uma forma holística, apontando os principais impactos de curto, médio e longo prazos, como as externalidades podem gerar impactos positivos e negativos e o que a SulAmérica está fazendo para mitigá-los.

A empresa trata de todos os capitais apontados no *framework* do IIRC, mas não de forma explícita. O *framework* deve ser entendido como um roteiro, que pode ser seguido e alterado de acordo com o que a empresa determina fazer sentido para dentro e para fora da organização. “Utilizar o *framework*, seus capitais e tudo nele contido *ipsis litteris* pode vir a ser uma armadilha para a realização do relato integrado”, sustenta a superintendente de Sustentabilidade Empresarial da SulAmérica.



CRISTIANO OLIVEIRA

Ibracon participa do planejamento estratégico da Ifac

O presidente do Ibracon, Idésio Coelho, aproveitou sua ida aos Estados Unidos, no início de março, para estreitar relações com Olivia Kirtley, que assumiu este ano a presidência da *International Federation of Accountants* (Ifac) e é a entrevistada especial desta edição da revista *Transparência Ibracon*.

Em um encontro reservado com Idésio Coelho, Olivia reafirmou o compromisso da Ifac de atuar em parceria com o Ibracon. Segundo ela, as duas entidades só têm a ganhar ao unir esforços visando a atingir objetivos comuns.

Idésio explicou à presidente da Ifac a estrutura de governança do Ibracon e apresentou as atividades desenvolvidas pelo Instituto. “Conversamos, principalmente, sobre os desafios da profissão no Brasil”, conta o presidente.

Ele esteve em Nova York, na sede da Ifac, convidado para participar do Fórum Estratégico dos Chefes Executivos, realizado pela entidade dias 2 e 3 de março, com as presenças das representantes do CFC Maria Clara Bugarim, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis



OLIVIA KIRTLEY, IDÉSIO COELHO E MARIA CLARA BUGARIM

(Abracicon), e Elys Tevania, diretora Executiva do Conselho Federal de Contabilidade.

Olivia Kirtley abriu o encontro, que teve como tema *A Formação de um Futuro Previsível* e é parte do processo de construção do planejamento estratégico da entidade, previsto para ser apresentado até o final do ano. Mais de 50 entidades afiliadas à Ifac participaram do fórum. “Debatemos os rumos da contabilidade mundial e as principais tendências mundiais que afetam a profissão e a Ifac. Também discutimos os objetivos estratégicos

mais relevantes e a expansão global da Ifac”, conta Idésio. Segundo ele, “o evento também tratou de questões que dizem respeito ao futuro da auditoria, como a atração de jovens profissionais”.

Nas Américas

O presidente do Ibracon acompanhou os representantes do CFC na reunião realizada na sede do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA, sigla em inglês). “Discutimos assuntos relevantes para a profissão nas Américas”, conta Idésio. ✓



pingos e respingos

Alinhamento

O Ibracon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se reuniram, em Brasília, para alinhar as estratégias de trabalho para 2015. Participaram do encontro José Martonio, presidente do CFC, e a diretora executiva da entidade, Elys Tevania, assim como Idésio Coelho, presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração, e o superintendente Marco Aurélio Fuchida.

Pocetti ressaltou que, por caminharem na mesma direção, as duas entidades tornam mais sólidas as ações pelo desenvolvimento dos profissionais, da contabilidade e da auditoria independente. Coelho afirmou que o relacionamento com os órgãos reguladores da profissão continuará a ser prioridade na sua gestão.



Elys Tevania, diretora Executiva do CFC, José Martonio, presidente do CFC, Idésio Coelho, presidente do Ibracon, e Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração

Artigo no site da Ifac

Ricardo Rodil, do GT de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, publicou artigo no site da Ifac sobre a implementação das normas internacionais de contabilidade (IFRS) em pequenas e médias empresas brasileiras (PME). No artigo *Implementing IFRS for SMEs - Lessons from Brazil*, Rodil apresenta algumas de suas experiências na aplicação das IFRS em PME.



Na CVM I

Os presidentes Idésio Coelho, da Diretoria Nacional do Ibracon, e Eduardo Pocetti, do Conselho de Administração, reuniram-se com Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no início do ano. Ambos agradeceram o apoio da CVM à gestão anterior do Ibracon e apresentaram a nova Diretoria Nacional do Instituto.

Pocetti enfatizou que o apoio da CVM foi altamente positivo para o desenvolvimento e regulação da auditoria independente. Coelho aproveitou a oportunidade e convidou Leonardo Pereira para a 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, em agosto.

Participaram também da reunião Monica Foerster, diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes; Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação; Rogerio Garcia, diretor Técnico; Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional; e Marco Aurélio Fuchida, superintendente Geral. A CVM esteve representada por José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis; Madson Gusmão de Vasconcelos, gerente de Normas Contábeis; e Camila Rossini Pantera, assessora da Presidência.

Na CVM II

O Ibracon participou da cerimônia de posse de Pablo Waldemar Renteria como novo diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Eduardo Pocetti ressaltou a importância do alinhamento entre o Instituto e o órgão regulador. E lembrou que o Ibracon mantém uma agenda permanente com a CVM e um fórum técnico para a discussão de assuntos relacionados à auditoria independente, essenciais para manter um ambiente regulatório alinhado com o mundo globalizado. O diretor técnico do Ibracon Nacional, Rogério Garcia, também esteve presente.

Nova diretoria da Anefac

O diretor de Regionais Adelino Dias Pinho representou o Ibracon na posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), que tem Antonio Carlos Machado como novo presidente. Machado destacou que a Anefac "continuará se fazendo cada vez mais presente, oferecendo soluções que ajudem o Brasil a atravessar o momento atual". A solenidade também homenageou o ex-presidente da entidade, Amador Alonso Rodríguez, diretor da Serasa Experian.



Marco Aurélio Fuchida, Eduardo Pocetti, Ahmed El Khatib, Adelino Pinho, Idésio Coelho e Guy Almeida Andrade

68 anos do CRC-SP

O Ibracon prestigiou a festa dos 68 anos do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP). Claudio Mac-Knight Filippi, presidente da entidade, recebeu os cumprimentos de Idésio Coelho, então diretor Técnico do Ibracon, e de Eduardo Pocetti, na ocasião no cargo de presidente do Instituto, assim como de Adelino Dias Pinho, então presidente da 5ª Seção Regional, o ex-presidente do Conselho de Administração, Guy Almeida Andrade, o superintendente Marco Aurélio Fuchida e o coordenador da área Técnica Ahmed El Khatib.



Noite festiva

A festa do CRC-SP também foi marcada por diferentes premiações. O professor Ahmed Sammer El Khatib, coordenador da área Técnica do Ibracon, recebeu o Prêmio Melhores Dissertações 2014, pelo trabalho *Contabilidade Islâmica: uma análise comparativa das diferenças e semelhanças entre as normas contábeis internacionais emitidas pelo AAOIFI e Iasb*.

Valdir Coscodai (na foto acima), membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e do Comitê Internacional de Normas de Auditoria da Ifac, recebeu a Medalha Pedro Pedreschi.

O professor Eliseu Martins, da Universidade de São Paulo, recebeu o Prêmio Professor Notável José Joaquim Boarin, criado para valorizar o acadêmico que se dedica ao ensino das Ciências Contábeis em São Paulo. Outros profissionais da Contabilidade e personalidades contábeis também foram homenageados.

Homenagem a Pocetti

O presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti, foi homenageado com a Medalha Presidente Annibal de Freitas na comemoração dos 66 anos do Sescon-SP e Aescon-SP, em fevereiro. A honraria, que destaca personalidades que prestam relevantes serviços à comunidade, foi entregue por Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente das duas entidades.



Pocetti (à direita) recebe a homenagem das mãos de Sérgio Approbato Machado Júnior

Comissão de Educação

A Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) realizou, na sede do CFC, em Brasília, a primeira reunião do ano. Na pauta a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 12, que dispõe sobre Educação Profissional Continuada, e as possíveis mudanças no Exame de Qualificação Técnica (EQT) e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).



Energia elétrica

O Ibracon realizou, em fevereiro, duas palestras para profissionais de contabilidade e auditoria independente que atuam no setor de energia elétrica. Ambas foram apresentadas por Adilvo França, da EY, no auditório da Fipecafi, em São Paulo.

A Lei da Empresa Limpa e sua contribuição para a integridade pública

Aprovada no início do segundo semestre de 2013 como uma das respostas dos parlamentares ao clamor nacional por melhores políticas públicas e maior rigor no uso do dinheiro público, dentre tantas outras questões demandadas nas manifestações juninas daquele ano, a Lei 12.846/13, que passou a ser conhecida como Lei da Empresa Limpa (LEL), tem como gênese uma longa história de mobilização desencadeada por organizações de responsabilidade empresarial, que vinha ocorrendo desde 2004 com vistas a melhorar o ambiente dos negócios com o setor público.

O objetivo central era construir uma legislação que fosse além da responsabilização de funcionários envolvidos em irregularidades e também passasse a punir empresas arroladas em casos de corrupção.

Todavia, os ganhos sociais a serem obtidos com a consolidação da LEL serão ainda maiores e podem ser sumarizados em três questões, dentre tantas outras. A primeira é que as exigências contidas na Lei têm potencial para melhorar a própria gestão empresarial. A segunda refere-se ao fato de tornar os contratos entre a administração pública e seus

fornecedores mais transparentes e previsíveis quanto aos serviços a serem executados e seus custos. A terceira, como decorrência direta da anterior, tem a ver com o fato de a LEL também contribuir, mesmo que indiretamente, para que a relação entre empresas e políticos possa ser mais republicana.

Quanto à primeira questão, a melhoria da própria gestão empresarial, a nova legislação requer, por parte das empresas, a institucionalização de práticas de *compliance* e a necessidade de terem seus próprios códigos e comitês de ética funcionando de forma ativa, tanto em aspectos preventivos como no que se refere aos punitivos. Para além dos ganhos de gestão, tais medidas podem atenuar o peso de uma eventual punição em decorrência de atos ilícitos por demonstrarem publicamente o compromisso da organização com a integridade de suas ações. Tais questões serão de fundamental importância para consolidar o compromisso empresarial com a transparência, principalmente no que se refere aos negócios com a administração pública. É uma janela de oportunidades para que empresários melhorem o capitalismo no Brasil

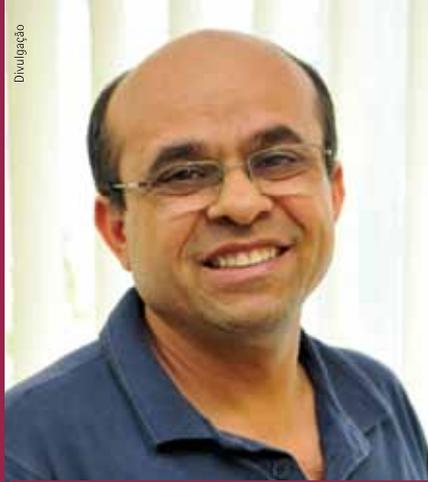
usando a competição limpa não apenas para construir um ambiente de negócios mais saudável, mas também para consolidar a credibilidade social do setor. Uma mudança de comportamento nessa direção certamente também fará diferença na decisão do cidadão sobre consumir ou não determinado produto. É um jogo em que todos ganham. É inadmissível aceitar a tese de que empresas são vítimas de esquemas de corrupção. O que se vê são casos em que a palavra cumplicidade faz mais sentido que qualquer outra.

Em relação à segunda questão, a perspectiva de que os contratos entre a administração pública e seus fornecedores sejam realmente públicos quanto aos serviços a serem executados e seus custos, o simples fato de haver risco de punições pesadas pode, inclusive, tornar inviável a sobrevivência de uma organização empresarial inescrupulosa. Além da obrigatoriedade de ressarcir os cofres públicos por valores equivalentes aos prejuízos causados, a empresa pode ser multada numa escala que varia de 0,1% a 20% do seu faturamento bruto anual. Quanto mais transparentes e mais claros



Rafael Alcadipani

Administrador de Empresas e professor do curso de Administração de Empresas da FGV/SP



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Cientista Político e professor do curso de Administração Pública da FGV/SP

forem os negócios com a administração pública menos questionáveis eles serão. Transparência de processo nas compras e contratos públicos em todas as etapas passa não apenas a ser fundamental daqui para frente como se tornará um mecanismo de proteção das atividades públicas e empresariais.

A Operação Lava Jato e outros casos de corrupção, como o chamado Cartel dos Trens em São Paulo, demonstram a urgência em se construir mecanismos eficientes que deem transparência do processo em todas as etapas dos negócios públicos. A LEL, sem dúvida alguma, é um reforço estratégico para o atendimento dessa demanda de interesse público. Nos casos mais graves de corrupção na história recente do Brasil a gestão de contratos acabou surgindo como um dos pontos mais vulneráveis aos desvios de recursos públicos.

Quanto à terceira questão, a contribuição para que a relação entre empresas e políticos possa ser mais republicana, é importante lembrar que financiamento de campanha e doação para partidos sempre aparecem como ingredientes principais

em praticamente todos os grandes escândalos de corrupção. Desse modo, na medida em que a sobrevivência de empresas também dependerá da lisura de suas atividades, a margem para relações escusas com o mundo político deverá ser reduzida drasticamente. Assim, tanto as doações para campanhas eleitorais quanto para partidos deverão ficar confinadas aos aspectos legais. Vale lembrar que políticos também podem ser punidos pela Lei da Ficha Limpa quando condenados em segunda instância por quaisquer tipos de irregularidades. Ou seja, frente a essas duas legislações que nasceram de um amplo debate público e cujas aprovações deram-se por intensa pressão social, é inegável que estamos avançando para uma relação mais republicana entre empresas e políticos, mesmo que por força de lei. Provavelmente, num futuro próximo, essas relações serão menos nebulosas. O fato de tais relações serem orientadas pela defesa de interesses de cada um dos grupos é algo absolutamente normal e desejável numa democracia, desde que elas sejam orientadas pela transparência e obedeçam às regras formais do jogo, que são previamente determinadas.

Por fim, a extensão dos ganhos da LEL ainda depende da sua regulamentação. Poucos estados, até o momento, a regulamentaram. No âmbito municipal os avanços ainda são tímidos, exceto em algumas capitais, como São Paulo. Vale destacar que a ausência de regulamentação pode implicar abertura de brechas jurídicas que dificultam punições e assim fragilizam a própria existência da Lei. Não por acaso, em janeiro de 2015, seis importantes organizações empresariais enviaram um ofício público à presidente Dilma Rousseff alertando sobre a importância da regulamentação urgente da LEL.

Como afirmam os signatários das seis organizações empresariais ao final do citado ofício, a regulamentação vai "comunicar, de forma inequívoca à sociedade e ao mercado, que a Presidência da República dá relevância fundamental à fase mais importante de qualquer lei: a sua efetiva implementação". Sensibilizar as autoridades públicas em todos os níveis de governo para a importância de se efetivar a regulamentação dessa Lei Anticorrupção é extremamente urgente.



Referência em auditoria independente

Claudio Gonçalo Longo nasceu e foi criado na capital paulistana. Na adolescência, interessado pelo processo econômico brasileiro, ele decidiu ingressar no curso de Economia da Universidade de São Paulo e até pensou em atuar em firmas de assessoria e planejamento econômico. Porém, no primeiro estágio percebeu que não se interessava por esse tipo de atividade. “Ainda assim, continuei estudando Economia porque sempre entendi que o curso me dava uma boa base não só matemática, mas humana”, comenta.

Em 1971, indicado por um colega de faculdade, Claudio conseguiu emprego em uma das “Big 8” de auditoria no Brasil na época – Boucinhas, Campos, Coopers & Lybrand Consultores – onde abraçou a Contabilidade. Mas o verdadeiro divisor de águas de sua vida aconteceu em 1975. “Foi um ano realmente movimentado, em que conheci minha esposa, concluí a graduação, comecei o mestrado em Contabilidade e consegui um emprego já como sênior na Arthur Young, hoje, EY”, relembra.

Orientado por um sócio da firma de que futuramente precisaria do diploma de contador, ele desistiu do mestrado e iniciou a graduação em Ciências Contábeis. A nova formação lhe abriu caminhos para promoções e oportunidades, inclusive, internacionais. Em 1982, o profissional foi convidado pela Arthur Young a participar de um programa de intercâmbio em Boston (Massachusetts) e, durante quase um ano, passou por cidades como Los Angeles, Chicago e Nova York, onde adquiriu

conhecimento para atender clientes internacionais quando retornasse ao Brasil.

Enquanto ainda estava nos Estados Unidos, recebeu uma proposta da firma que, a princípio, lhe pareceu contraditória. “Eu fui convidado a assumir o recém-inaugurado escritório de Salvador, mas não havia nenhum cliente internacional na região. Mesmo assim, aceitei e lá permaneci de 1983 a 1985”, conta.

O ambiente contábil da época era totalmente diferente do atual, em que há uma segmentação das atividades e altíssimo nível de especialização, resultado do crescimento das empresas e da complexidade das atividades, consequência dos recursos e avanços tecnológicos. “Até a década de 1980, as firmas de auditoria tinham praticamente dois departamentos: auditoria e impostos. Nós, auditores, acabávamos fazendo também trabalhos de outras áreas, o que exigia bastante dos profissionais, mas também era muito compensador em termos de experiência”, afirma.

Com grande responsabilidade em mãos, Claudio tornou-se um auditor experiente. Não por acaso, quando retornou a São Paulo, assumiu o cargo de diretor da área de desenvolvimento profissional da firma. “Dois anos depois, eu recebi o convite e me tornei sócio”, conta. “Na época, a Arthur & Young teve uma grande expansão em sua operação no Brasil. Houve algumas absorções e uma primeira fusão com uma empresa nacional chamada Sotec Aud e, em seguida, em nível mundial com a Ernst & Whinney”, complementa.



EM MAIS DE 40 ANOS DE PROFISSÃO, **CLAUDIO LONGO** CONQUISTOU RECONHECIMENTO NO MERCADO SENDO RESPONSÁVEL POR GRANDES CONTRIBUIÇÕES À PROFISSÃO, ENTRE ELAS, O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA REPRESENTADO PELA TRADUÇÃO, ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NO BRASIL



Mudanças no mercado e na vida

Em 1989, Claudio Longo acabou retornando para Salvador, onde ficou por mais três anos e meio para atender a um grande cliente do segmento bancário. “Já como sócio, eu estava começando a me especializar em bancos, conhecia o cliente e a cidade, dessa forma, a empresa confiou em mim para desenvolver o escritório”, explica.

Com a lição de casa feita, o profissional retornou para São Paulo e por aqui fixou residência para que os filhos tivessem mais estabilidade; também assumiu a área de Financial Services (inicialmente Brasil, depois América Latina) e passou a participar de diversos grupos de trabalho e reuniões internacionais, ampliando sua atuação na área.

A responsabilidade pelos escritórios da região Sul – Curitiba, Porto Alegre e Blumenau – veio em seguida com um “pequeno sacrifício”. Segundo Claudio, durante pouco mais de um ano, ele dividiu a agenda de compromissos entre Curitiba e São Paulo. “Eu dava expediente na sexta e na segunda-feira no escritório de São Paulo, passava o fim de semana com minha família e, na terça-feira pela manhã, pegava o primeiro voo

para Curitiba, voltando no último voo de quinta-feira”, detalha.

Na época, a EY era administrada geograficamente. Além de assumir os escritórios do Sul e atuar em São Paulo, Claudio fazia parte do comitê executivo da companhia e acumulava novas atividades. Além de questões estratégicas ligadas à gestão dos escritórios, ele continuava atendendo aos clientes, assinando os trabalhos como sócio responsável, mantinha a participação técnica e respondia pela área de bancos. Dessa forma, sua rotina seguiu acelerada com viagens nacionais e internacionais até 2000, quando sofreu um enfarte e decidiu reavaliar a vida.

Contribuição com a profissão

Até a aposentadoria, que chegou sete anos depois de seu problema de saúde, Claudio Longo apenas “tirou o pé do acelerador”, como ele mesmo comenta. “Deixei de ser o responsável pela América Latina e optei por não viajar tanto. Imagine se tivesse enfartado dentro de um avião”, diz. “Depois, com a aposentadoria, resolvi deixar a pressão de lado e passei a administrar meu tempo”, acrescenta.



HOJE, CLAUDIO LONGO ATUA COMO MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS TÉCNICAS (CNNT) E COMO COORDENADOR DO COMITÊ DE NORMAS DE AUDITORIA (CNA) DO IBRACON

Hoje, entre palestras, treinamentos, aulas em cursos de MBA e projetos especiais, que incluem um trabalho desenvolvido para o Tribunal de Contas da União, ele ainda atua como membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) e como coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon e de outros grupos de trabalho do CFC e CRC SP, onde é conselheiro. Autor da obra *Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras*, o profissional tornou-se referência no ramo de auditoria.

“A publicação é resultado do trabalho hercúleo que tivemos no comitê em cima das quarenta e tantas normas que foram colocadas em vigor no Brasil em 2009. Tínhamos o compromisso de fazer com que fossem adotadas sem ‘tupiniquização’, isto é, integralmente”, explica. Com linguagem objetiva e complementada por exemplos e situações práticas da área contábil, o livro foi lançado em 2010 e já está na terceira edição.

A arte cultivada em família

Da união de 40 anos com Edih Longo, especialista em Linguística que acumula no currículo diversos prêmios de Literatura e atua como atriz amadora, nasceram seus

dois filhos: Bruna, atriz profissional, e Claudio, jornalista. “Ambos sempre estiveram ligados a projetos inovadores no teatro e em redações”, comenta.

Mas não pense que, por ser o único a lidar com números, o contador chega a ser um “estranho no ninho”. “Eu também sempre gostei de artes. Quando minha filha era bebê, ligava a vitrola para ela ouvir todas as músicas de Chico Buarque, Jobim, Vinícius. Eles foram criados nesse meio”, diz.

De fato, esse apaixonado por artes consegue levar pitadas de poesia para os conceitos da auditoria. “Quando entrei para a profissão, um inglês me ensinou a importância do famoso *double check*. Eu me lembrei disso quando estava produzindo meu livro e escrevi: “desse dia em diante, decidi me tornar um chato, mas aprendi que temos de ver as coisas por vários ângulos para que não haja meia verdade”. Como na música de Gilberto Gil, ‘é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar’”, conclui. ✓



A Revista Transparência Ibracon é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Antomar de Oliveira Rios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sérgio Antonio Dias da Silva

Diretoria Nacional
Presidente
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor Técnico
Rogério Hernandez Garcia
Diretor de Administração e Finanças
Francisco dos Reis Júnior
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Adelino Dias Pinho
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretora de FAPMP
Monica Foerster

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Editora
Gerald Privatti

Colaboração
Fernanda Balieiro
Zulmira Felicio



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Impressão
Vox Editora

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Ferramenta essencial para contadores, auditores independentes, auditores internos e empresas

2014

E-book Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) - Edição 2014



Compatível com os sistemas operacionais:



A edição 2014 da obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro está disponível para venda!

A versão em português, comercializada no formato eletrônico (E-book), mais rápido e prático, apresenta diversas vantagens. Confira:

Vantagens do E-book:

- Acessível em computadores e dispositivos móveis;
- Permite a busca por palavras-chave;
- Possibilita a realização de anotações;
- Integrado ao IDR - Ibracon Digital Reader, que viabiliza a leitura de outras publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos disponibilizados.

Teste gratuitamente a versão de demonstração da obra

Acesse: www.ibracon.com.br/idr



Venda exclusiva: www.lojaibracon.com.br

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Único Órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br